PRISMA

Revista da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal
Ano XXIII nº 85 • Outubro/Dez 2006

O ano das conquistas

Lei Orgânica, reposição salarial e autonomia estão na lista de prioridades para o novo ano

Energias do Brasil: o começo de uma longa trajetória

ENBR3
NOVO
MERCADO
BOVESPA BRASIL

A Energias do Brasil está completando 10 anos. E não faltam motivos para comemoração. Nesse período, o Grupo investiu fortemente em distribuição, geração e comercialização de energia, por meio das empresas Bandeirante, Escelsa, Enersul, Enertrade e Energest.

São ativos de mais de R$ 9 bilhões, 3 mil colaboradores e 10 milhões de pessoas atendidas na área de distribuição. Em geração, a empresa inaugurou recentemente a Usina Peixe Angical, em parceria com Furnas, que irá acrescentar 452 MW ao Sistema Elétrico Brasileiro.

Em 2005, o Grupo Energias do Brasil deu outro passo importante no seu futuro empresarial. No dia 13 de julho, foram listadas as ações da holding no Novo Mercado da Bovespa, operação que representou o maior IPO daquele ano, no valor de R$ 1,2 bilhão.

De lá pra cá, a empresa recebeu prêmios que comprovam sua postura ética perante o mercado de capitais e a sociedade em geral. Entre eles, o Prêmio do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), de 2006, como a melhor entre as 343 companhias da Bovespa.

Para além da governança corporativa, o Grupo Energias do Brasil tem dado forte atenção às questões do desenvolvimento sustentável, com importantes programas nessa área. Inclusive um projeto de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), em uma de suas centrais hidrelétricas.

energias do brasil

www.energiasdobrasil.com.br

2007 ano da colheita

Foto: Andréa Viegas/ADPF

Em 2006, a Polícia Federal teve um ano muito proveitoso. Os serviços prestados pelos policiais federais tiveram o reconhecimento tanto da sociedade quanto do poder público. O mérito é do trabalho árduo desempenhado pela categoria, que aumentou significativamente a quantidade de operações realizadas em relação aos anos anteriores.

O reconhecimento à Polícia Federal, inclusive, ultrapassou fronteiras. O trabalho da Divisão de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente, liderado pelo delegado federal Jorge Pontes, recebeu um dos mais importantes prêmios conferido a entidades pela conservação da natureza, o *Green Apple Awards*.

Merece destaque também a mobilização da nossa categoria por aumento salarial. Depois de um ano de negociação com o Governo Federal, os policiais federais cruzaram os braços durante 24 horas. Foi um momento histórico para a nossa classe, que promoveu uma adesão de 100% dos profissionais em uma demonstração de mobilização jamais vista antes.

Outro assunto importante neste ano foi o posicionamento da ADPF em relação às resoluções que conferem poderes de polícia ao Ministério Público Federal. A Entidade é contrária às normas que, entre outros fatores, afetam a autoridade administrativa das corporações policiais ao atribuírem aos procuradores da República e aos promotores de Justiça funções de investigação criminal.

Por outro lado, é lamentável que um ano tão bom termine com uma triste constatação: estamos perdendo bons policiais. Resultado de uma política salarial equivocada, a corporação presencia uma inversão do fluxo de policiais federais. Antes, profissionais qualificados deixavam outras carreiras para ingressar no DPF. Hoje, o que ocorre é o contrário. A diferença salarial é tão gritante que muitos colegas estão interessados em prestar concursos fora da corporação.

A luta pela mudança da Lei nº 11.358, originada pela MP 305, vai continuar firme e forte. A nova legislação suprime das carreiras típicas de Estado adicionais e vantagens pessoais incorporadas. Tanto a ADPF quanto outras entidades de classe dessas categorias têm trabalhado para que sejam feitas emendas na legislação. Em encontros com o líder do Governo Federal no Senado, senador Romero Jucá (PMDB/RR) foi feito o compromisso de reencaminhar ao Congresso Nacional proposta para restituir os adicionais e as vantagens pessoais desses profissionais.

Para 2007, as expectativas são otimistas. Começamos o ano com o Congresso Nacional renovado. Entre os estreantes na Câmara temos colegas de profissão, como o delegado federal Marcelo Itagiba e o delegado da Polícia Civil do DF Laerte Bessa, que nos concedeu uma entrevista exclusiva na qual fala sobre temas de interesse para os que se preocupam com um assunto tão polêmico e importante quanto o da segurança pública. Além disso, a *Prisma* traz um perfil dos delegados da PF que tomaram posse como secretários de segurança em seis Estados.

Por fim, esperamos consolidar as conquistas da categoria e avançar rumo à autonomia, nossa bandeira para este ano que está apenas começando.

Um bom 2007!
Um forte abraço,

Sandro Torres Avelar
Presidente da ADPF

30 anos de fundação

Apresento-lhes meus cumprimentos, formulando votos de proficua gestão e pleno êxito em seus projetos e realizações de caráter associativo.
Parabenizo a Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal pelos seus 30 anos de fundação.

Antônio Souza Prudente
Desembargador Federal

Segurança Pública

Sirvo-me deste para acusar o recebimento do exemplar do livro *Segurança Pública – O que pode ser feito.*
Agradeço a gentileza do envio do mencionado livro, acrescentando que, tendo apenas iniciado a sua leitura, concordo que contém valiosíssima colaboração para os profissionais da segurança pública neste país.
Acredito que a divulgação dessa publicação contribuirá para uma melhor compreensão dos problemas e dificuldades atuais que envolvem o setor, proporcionando uma séria meditação a todos os interessados no assunto.

Atenciosamente,

Ronaldo dos Santos
Cel PM RR ex-secretário de Justiça
Defesa Social de Alagoas

Mensagens para a *Revista Prisma* podem ser enviadas para o endereço SHIS QL 14 Cj 05 Casa 02 - Lago Sul CEP.: 71.640-055 Brasília/DF ou para o e-mail adpf@adpf.org.br.

HUMOR

EXPEDIENTE

Revista Prisma
Ano XVIII, nº 55 - Edição/2006

Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal - ADPF

DIRETORIA ADPF

Presidente	Sandro Torres Avelar
Vice-Presidente	Marco Aurélio Pereira de Moura
Secretário-Geral	Bolivar Steinmetz
1º Secretário	Rodrigo Carneiro Gomes
2º Secretário	Telma Cavalcante Lino
Tesoureiro-Geral	Enio Sibidal
1º Tesoureiro	Miranjéla M. B. Leite

CONSELHO FISCAL
Alciomar Goersch; Sérgio Barbosa Mendes; João José Cury; Glorivan Bernardes de Oliveira; Paulo Watanabe; Marcus Vinícius da Silva Dantas

CONSELHO DE ÉTICA
José Carlos F. da S. Conceição; Antônio Barbosa Góis; Waldir Silveira Zacarias; Cláudio Ferreira Gomes; Iracema Lorite da Silva; Alceu Andrade Rocha

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Máquina Comunicação Corporativa Integrada

REDAÇÃO
Iara Vidal (editora) e Andréa Viegas

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO/ADPF
Adão Ferreira Lopes

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Daniel Ribeiro (61) 9662-0224

CAPA
Paulo Henrique/Manomouse Design

PUBLICIDADE, IMPRESSÃO E ACABAMENTO
Envelopel Gráfica, Editora e Publicidade
SDS, Bl. Q, Ed. Venâncio IV, Salas 122, 123 e 124 - Brasília/DF - CEP: 70393-900 - Tel: (61) 3322-7615
Fax: 3322-9461 - e-mail: envelopel@terra.com.br
Diretor: Diego Alves de Abreu (DRT/DF 0370)

RELAÇÕES PÚBLICAS
Katya Biral, Nelson Pereira e Renato Conforti

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
ADPF e órgãos internos do DPF em todo o país; Presidência e Vice-Presidência da República; Casa Civil; Secretarias Geral, de Relações Institucionais, de Imprensa e Porta-Voz; Gabinete de Segurança Institucional; Núcleo de Assuntos Estratégicos; Advocacia-Geral da União; Controladoria-Geral da União; Secretarias Especiais de Aqüicultura e Pesca, de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, de Políticas para as Mulheres e dos Direitos Humanos; Comissão de Ética Pública; Conselhos Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional, da Juventude, de Ciência e Tecnologia, de Defesa Civil, de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, de Educação, de Esportes, de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial, de Política Energética, de Previdência Social, de Saúde e de Segurança Alimentar e Nutricional; Conselhos Administrativo de Defesa Econômica, de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, de Desenvolvimento Econômico e Social; de Gestão da Previdência Complementar, de Recursos da Previdência Social, Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, Monetário Nacional; Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; das Cidades; de Ciência e Tecnologia; dos Comandos da Aeronáutica, da Marinha e do Exército; das Comunicações; da Cultura; da Defesa; do Desenvolvimento Agrário; do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; da Educação; do Esporte; da Fazenda; da Integração Nacional; da Justiça; do Meio Ambiente; das Minas e Energia; do Planejamento, Orçamento e Gestão; da Previdência Social; das Relações Exteriores; da Saúde; do Trabalho e Emprego; dos Transportes; e do Turismo.

Não oferecemos assinaturas. Para publicidade, atenda somente agentes credenciados.

As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não refletindo necessariamente o pensamento da ADPF.

Atender melhor é mais do que receber aviões.

São 67 aeroportos que operam cerca de 1,8 milhão de pousos e decolagens e atendem a mais de 90 milhões de passageiros. O Governo Federal e a Infraero investem na modernização dos aeroportos brasileiros para garantir a você mais conforto, segurança e tranqüilidade, antes e depois de viajar.

Ouvidoria: 0800 727 1234 • www.infraero.gov.br

INFRAERO cargo

BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL

Foto: Gabriel Paiva/Agência O Globo

22 Segurança Pública

A *Carta de Laranjeiras*, documento elaborado pelos governadores dos Estados da Região Sudeste, foi encaminhada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e faz uma série de reivindicações para a área de segurança pública. Entre os pedidos, o aumento de efetivo da Polícia Federal.

Foto: Regional ADPF/CE

32 Retrospectiva 2006

O ano que passou foi de muitas realizações para a ADPF. Confira os fatos que marcaram os últimos 12 meses.

Foto: Marcello Casal Jr. ABr

38 Meio ambiente

As ações da Polícia Federal contra crimes ambientais, principalmente na Floresta Amazônica, ganham reconhecimento internacional.

Foto: Fábio Pozzebom/ABr

14 O que vem por aí

Veja qual a opinião de delegados da Polícia Federal sobre o que esperar para 2007: Lei Orgânica, autonomia, escolha do diretor-geral do DPF, necessidade de ampliação dos quadros da corporação e muito mais.

28 Entrevista

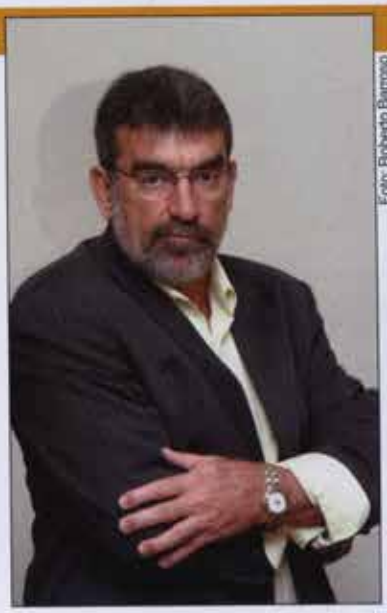


Foto: Roberto Barroso

Laerte Bessa

O delegado da Polícia Civil e deputado federal fala sobre os desafios do mandato na Câmara dos Deputados.

Nesta edição

08 Política

Em seis Estados, delegados da Polícia Federal encaram o desafio de assumir as pastas da secretaria de Segurança Pública.

18 Fala delegado

Associados à ADPF de vários pontos do país contam as suas expectativas em relação ao que vem pela frente para o Departamento de Polícia Federal.

24 Opinião

Eduardo Pereira da Silva, chefe do Serviço de Apoio Disciplinar da Corregedoria-Geral do DPF, defende a independência da Polícia Federal.

26 Ronda

Combate à corrupção e à pedofilia virtual; porte de arma; parceria entre a PF e o site de relacionamentos Orkut e o poder investigatório do MP.

40 Balanço

O Departamento de Polícia Federal realizou um número recorde de operações ao longo dos doze meses de 2006.

42 30 anos

Veja como foram as comemorações das três décadas da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal.

A terceira onda

Seis delegados da Polícia Federal tomam posse como secretários estaduais de Segurança Pública

Seis dos 13 governadores que assumiram o primeiro mandato nomearam um delegado da Polícia Federal para o cargo de secretário de Segurança Pública. As indicações foram feitas pela direção-geral da PF e pela Secretaria Nacional de Se-

Rio de Janeiro - Helicóptero da Polícia Civil sobrevoa o Morro da Mangueira, ocupado pela polícia

Foto: Fábio Pozzebom/ABr

gurança Pública (Senasp), a pedido dos novos governadores.

Na avaliação do secretário da Senasp, Luiz Fernando Corrêa, que também é delegado da Polícia Federal, as indicações são como uma terceira onda. "Depois dos generais e dos políticos, agora vivemos uma espécie de onda federal". O secretário justifica a opção como o resultado do trabalho da PF, que teria conquistado destaque na sociedade ao longo dos últimos anos.

Os delegados da Polícia Federal indicados para estarem à frente das Secretarias de Segurança Pública são, no Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame; na Bahia, Paulo Bezerra; em Sergipe, Kércio Pinto; no Mato Grosso do Sul, Wantuir Jacinni; em Pernambuco, Romero Lucena; e no Ceará, Roberto das Chagas Monteiro.

O presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF), Sandro Torres Avelar, acredita que essa "terceira onda" demonstra o reconhecimento da trajetória da PF com pessoas competentes. "Esses colegas devem ter a preocupação de trazer para a PF o apoio político que conquistaram", sugere.

Conheça um pouco mais sobre os delegados que vão enfrentar o desafio de cuidar da segurança pública nesses Estados.

Bahia

Resgatar a auto-estima dos policiais e levar para a área da Segurança Pública as experiências vitoriosas da Polícia Federal são algumas das metas do novo titular da pasta baiana da Secretaria de Segurança Pública, o delegado Paulo Fernando Bezerra.

"Vamos combater os crimes contra o patrimônio e aqueles em que há violência à pessoa, a discriminação racial, os abusos sexuais contra crianças e adolescentes e o tráfico de entorpecentes", declara.

Bezerra quer integrar as polícias Federal, Civil, Militar e Rodoviária e utilizar a inteligência como principal ferramenta de sua administração.

Foto: Nei Pinto - TJ / BA

Perfil

Nascido em Bezerros/PE, Paulo Fernando Bezerra tem 55 anos e está há 30 anos na PF. Trabalhou em boa parte do território brasileiro: no Mato Grosso do Sul, chefiou a delegacia do órgão; no Acre e na Bahia foi superintendente. Em Alagoas exerceu vários cargos, entre eles o de delegado regional executivo, o de chefe das Delegacias de Entorpecentes, Fazendária e de Estrangeiros e corregedor. No currículo, tem cursos como o de Inteligência e Planejamento Operacional em Repressão a Crimes de Tráfico de Substâncias Entorpecentes ministrado nos EUA.

Ceará

O novo secretário da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará é o delegado federal aposentado Roberto das Chagas Monteiro. Ele pretende aumentar o número de policiais nas ruas reduzindo o efetivo em serviços burocráticos e realizando concursos.

"Temos que fazer um planejamento para que isso seja feito de maneira eficiente", destaca. Monteiro ressalta que tomará as medidas necessárias para combater a criminalidade depois de estar por dentro dos problemas do Estado.

Ele enfatiza que é preciso priorizar delitos especializados, especialmente com o uso da inteligência, que é a base para esse tipo de trabalho.

Foto: Comunicação Social - SSPDS / CE

Perfil

Nascido em Recife/PE, Roberto das Chagas Monteiro tem 60 anos e é um poliglota: fala, lê e escreve em alemão, espanhol, francês, inglês, italiano e sueco. Entre os trabalhos publicados, constam os manuais da Academia Nacional de Polícia sobre polícia previdenciária e gerenciamento de crises. Tem diversos cursos, como o de Combate ao Tráfico Internacional de Entorpecentes pelo BKA (a polícia federal alemã) e o de capacitação de policiais graduados pelo FBI. Ocupou, entre outros cargos no DPF, os de delegado da Interpol e adido na Argentina.

Foto: Rachid Waqued - ASCOM / MS

Mato Grosso do Sul

O delegado da Polícia Federal Wantuir Jacinni é o novo secretário de Justiça e Segurança Pública do Mato Grosso do Sul. A proposta dele é elaborar um planejamento estratégico para capacitar e especializar o efetivo, e investir na inteligência e na corregedoria da PM.

"Ainda estamos tomando conhecimento da estrutura da secretaria e de todos os programas realizados. Depois dessa fase vamos estudar e planejar mudanças. Sempre existe espaço para aprimoramentos", afirma.

Jacinni está realizando um RX nas polícias Militar e Civil, no Corpo de Bombeiros e outros órgãos da segurança pública.

Perfil

O gaúcho de São Gabriel Wantuir Francisco Brasil Jacinni está nos quadros da PF desde 1976 e é delegado desde 1979. Na SR do Mato Grosso foi chefe dos departamentos da Ordem Política e Social, de Correições e de Inteligência. No Paraná, chefiou a Divisão de Polícia Marítima, Aeroportuária e de Fronteiras e a Delegacia Executiva em Foz do Iguaçu. No Rio de Janeiro, foi substituto eventual da DPFAZ, chefe da DOPS e coordenador regional policial. No Mato Grosso do Sul, foi superintendente. Além disso, foi diretor-geral interino do DPF.

Pernambuco

O delegado da Polícia Federal Romero Lucena Meneses é o novo secretário de Defesa Social de Pernambuco. A pasta é uma das de maior destaque no novo governo do Estado, que sofre com altos índices de violência.

"Nós temos que fazer com que os índices de violência caiam logo.Estamos analisando os dados para traçar as primeiras medidas", afirmou.

Meneses garante que vai começar convocando as polícias Militar e Civil para ir às ruas para tranqüilizar a população. Ele adianta que assim que tiver conhecimento da realidade do estado e das corporações serão tomadas as medidas necessárias.

Foto: Carlos Teixeira

Perfil

Nascido em João Pessoa/PB, Romero Luciano Lucena de Meneses tem 50 anos e atuação de destaque na PF. Já exerceu funções como a de delegado regional executivo nas superintendências da Paraíba e de Pernambuco e superintendente regional no DF; além de diretor sindical e de associações de classe dos servidores da PF. Fez vários cursos a exemplo do de pós-graduação na Escola de Magistratura da Paraíba e MBA em Planejamento e Gestão Estratégica na FGV do Rio de Janeiro. É professor de Planejamento Operacional na Academia Nacional de Polícia desde 2001.

Foto: Marcos Tristão / Agência O Globo

Rio de Janeiro

O novo secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, o delegado da PF José Mariano Beltrame, quer mudar o conceito de combate ao crime e propõe investimentos na área de inteligência e perícias técnicas, e a valorização dos servidores.

"Ao trabalhar com inteligência, é possível atacar a raiz do problema. A minha experiência será fundamental para chegar aos financiadores O que alimenta a violência é o dinheiro", avalia.

A indicação de Beltrame segue uma tendência no Rio de Janeiro. Os dois últimos titulares da pasta também saíram da PF: Marcelo Itagiba e Roberto Precioso Júnior.

Perfil

Nascido em Santa Maria/RS, José Mariano Beltrame tem 49 anos e está na PF desde 1980. Em 2003, foi aprovado no concurso para delegado e transferido para o Rio de Janeiro. Atuou por três anos na PF fluminense na direção do setor de inteligência da superintendência, até a nomeação para a Secretaria de Segurança Pública. Investigações das quais participou foram a base da maioria das recentes operações da corporação. É conhecido por cultivar as raízes: adora chimarrão, é apaixonado pelo Internacional e rigoroso com cumprimento de horários.

Foto: Ascom - SSP / SE

Sergipe

O novo secretário de Segurança Pública de Sergipe, o delegado da PF Kércio Silva Pinto, quer fortalecer os conselhos de segurança municipais, estreitar o relacionamento da secretaria com as associações de bairros e ouvir as reivindicações da sociedade.

"Vou lutar e pedir o apoio dos policiais para trabalhar em defesa da nossa sociedade. É preciso acabar com o medo e a frustração de que a polícia não atende aos apelos da sociedade", antecipa.

A principal meta de Kércio é treinar e valorizar a categoria policial. Para ele, a polícia não pode ser política, mas técnica para exercer a sua atividade.

Perfil

Nascido em Itaquara/BA, Kércio Silva Pinto tem 55 anos, ingressou no DPF em 1973 e, em 1982, foi nomeado delegado. Trabalhou na PF em Sergipe, no Amazonas e na Bahia. Atuou em várias funções, como a de chefe das Delegacias de Repressão a Entorpecentes e de Ordem Política e Social e de superintendente regional em Sergipe. No Amazonas, além de superintendente, chefiou o Serviço de Planejamento Operacional e as Delegacias de Repressão a Entorpecentes e de Ordem Política e Social. Fez diversos cursos, como o de analista de informações pela ABIN.

Tarifa válida para baixa temporada. Tarifa de alta temporada: a partir de USD 838,00. Preço para saídas de São Paulo e do Rio de Janeiro, nos vôos JJ8082 e JJ8083, sujeitas a disponibilidade de assentos e alteração sem aviso prévio. Os preços em dólar norte-americano serão convertidos para real pela câmbio do dia, na data da emissão.

NEW YORK, NEW YORK

TAM. AGORA COM DOIS VÔOS DIÁRIOS PARA NOVA YORK.

A partir de USD
786,00
(ida e volta)

A TAM já tinha um vôo noturno para Nova York. Agora, tem um novo diurno. E são muitas vantagens: além de opções de horários, você tem serviços exclusivos e muito conforto. Sem falar da Classe Executiva, que tem poltronas que reclinam 180°. Aproveite nossas tarifas especiais nesse novo vôo e pode espalhar por aí: New York, New York duas vezes ao dia, só voando pela TAM. www.tam.com.br, ligue 4002-5700 (outras regiões: 0800 570 5700) ou consulte seu agente de viagens e-TAM.

Você nasceu para voar.

TAM

Expectativas para 2007

O ano de 2007 começa com a Polícia Federal em alta. O principal desejo dos policiais federais é de que o reconhecimento da entidade obtido ao longo de 2006 continue e seja revestido de muito trabalho, mais investimentos em modernização, e maior valorização dos servidores. Uma medida que ainda vai render fruto neste ano que começa é a atuação do Grupo das Entidades Representativas da PF (GERC). Além disso, com a nova legislatura no Congresso Nacional, a categoria renova as esperanças de êxito na aprovação da Lei Orgânica da corporação, na mudança na Lei nº 11.358, que incorporou adicionais e vantagens pessoais ao subsídio da classe, e na PEC 37, que apesar de defender a autonomia da entidade desagradou polícias federais de norte a sul do país pela maneira como foi redigida.

A *Revista Prisma* ouviu delegados de polícia federal ligados à ADPF e apurou as expectativas da categoria para 2007. Confira os assuntos que, na opinião de delegados, vai dar o tom da atuação do DPF em 2007.

Destaque na imprensa

A grande exposição da Polícia Federal na mídia ocorreu graças à ampliação da capacidade operacional da entidade. Ao longo de 2006, a corporação realizou um número muito superior de operações em relação aos três anos anteriores. No ano passado, a PF realizou 178 operações que resultaram em 2673 prisões, contra 16 operações e 223 prisões realizadas em 2003 (leia resumo das operações da PF na página 40).

Nem mesmo as acusações de que estaria servindo a interesses políticos conseguiram ofuscar a importância do trabalho da PF no combate aos crimes de corrupção, ambientais, de lavagem de dinheiro e tantos outros. "A imprensa sugeriu que a Polícia Federal estivesse a serviço de determinado partido político, o que não tem qualquer procedência diante de resultados de investigação expostos em diversas oportunidades", argumenta o delegado Rodrigo Carneiro, da Divisão de Repressão a Crimes Financeiros (Defim).

Carneiro sustenta que a instituição policial não pode ser confundida com eventual e excepcional desvio de conduta funcional isolada, quando for o caso. Ele acredita que as eventuais falhas ocorridas em 2006 serão sanadas gradativamente ao longo de 2007. Para ele, a PF esteve mais exposta a críticas por conta do conturbado ano eleitoral.

Ampliação dos quadros

Neste novo ano, uma questão fundamental para a Polícia Federal será ampliar o quadro de servidores administrativos, que apresenta carência. "A falta desse pessoal compromete a qualidade das atividades. A organização interna da instituição está fragilizada e precisa de uma atenção especial", enfatiza o delegado Walace Tarcísio Pontes, da Superintendência Regional do Espírito Santo.

Engrossa o coro dessa necessidade o delegado Oswaldo Paiva Gomide, chefe da Divisão de Organização e Métodos (DLOG), que concorda com a necessidade de reforçar o efetivo. Ele sugere a adoção de uma política constante de reposição de pessoal aposentado ou que tenha saído da entidade que considere as necessidades de representações regionais e do órgão central.

Foto: Fábio Pozzebom/ABr

Novos delegados da Polícia Federal participam do encerramento do curso-08.12.2006

Foto: Fábio Pozzebom/ABr

a do delegado federal Lázaro Moreira Silva sobre o trabalho da PF durante as eleições-29.09.2006

União faz a força

Está no rol das metas dos delegados federais para 2007 reforçar e buscar mecanismos que fortaleçam o relacionamento e a integração da Polícia Federal com outros organismos do sistema de repressão criminal, como as polícias Civil e Militar, o Ministério Público e o Poder Judiciário. "É fundamental a aproximação com todas as categorias funcionais do DPF, com o aprimoramento das parcerias com os órgãos públicos e trabalhos em regime de força-tarefa", reforça o delegado Carneiro.

"Esperamos também que a administração se empenhe mais na interface com as unidades descentralizadas. É preciso saber o que pensam os policiais que estão fora do órgão central e como a direção pode ajudá-los a desenvolver suas atividades", completa o delegado Jorge Pontes, chefe da Divisão de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico (DMAPPH). Ele defende que os servidores lotados nas regionais tenham mais oportunidades de participar de ações especiais, proporcionando o melhor aproveitamento dos profissionais que não são lotados na sede da PF.

Foto: Reynaldo Stavale

Lei Orgânica

Outra expectativa dos delegados federais é a edição da Lei Orgânica da Polícia Federal. A medida, caso seja submetida e aprovada no Congresso Nacional, será um marco na história do DPF e é aguardada por todos os servidores porque vai garantir as prerrogativas necessárias ao bom desempenho das funções da corporação.

Para o delegado Gomide, a Lei Orgânica é uma questão fundamental. "É importante esclarecer que prerrogativas não são simples benefícios funcionais, e sim instrumentos de atuação da autoridade policial para fazer frente ao crime cada vez mais organizado e preparado. Sem tais garantias não é possível realizar um trabalho robusto e voltado para redução sistemática da criminalidade ao longo do tempo", destaca.

Foto: Comunicação Social/DPF

Reposição salarial

O Governo Federal se comprometeu com a classe policial – mediante assinatura de um documento – a conceder reajuste salarial de 60%. Mas até agora os policiais receberam apenas metade do que foi firmado, 30%, e ainda perderam adicionais e vantagens pessoais. Diante dessa situação, o GERC tem trabalhado para reverter esse quadro e garantir a reposição salarial. O grupo obteve o compromisso de representantes dos ministérios da Justiça e do Planejamento em resolver a questão.

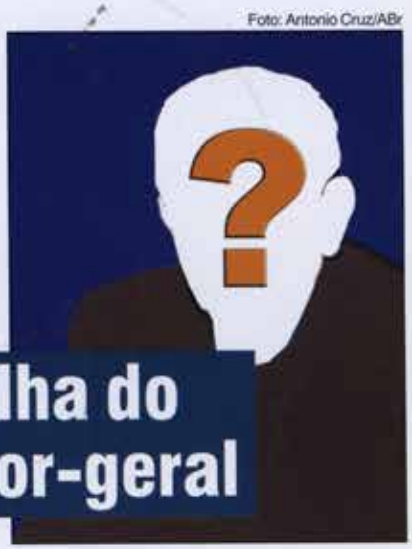
Em novembro, dirigentes das entidades que integram o GERC encaminharam ao Ministério da Justiça um documento que pede que os procedimentos para implantar a segunda parcela da recomposição dos policiais federais sejam retomados. O documento foi assinado pela ADPF, ANSEF, FENAPEF, FENADEPOL, SINDEPOL, APCF e ABRAPOL.

Autonomia para a PF

Outro assunto que causa expectativa nos delegados da PF é a tão almejada conquista da independência financeira e administrativa. Mas não nos moldes colocados no Projeto de Emenda Constitucional (PEC 37) de autoria do senador Valmir Amaral (PTB/DF). O desejo dos delegados é fazer da PF uma polícia de Estado, republicana e independente e longe da esfera dos interesses políticos.

"O trabalho policial exige agilidade na alocação de recursos para operações, compra de equipamentos e demais atos de gestão. Isso é algo que o DPF não pode realizar por falta da necessária competência e autorização legal", justifica o delegado Gomide.

Foto: Antonio Cruz/ABr



Escolha do diretor-geral

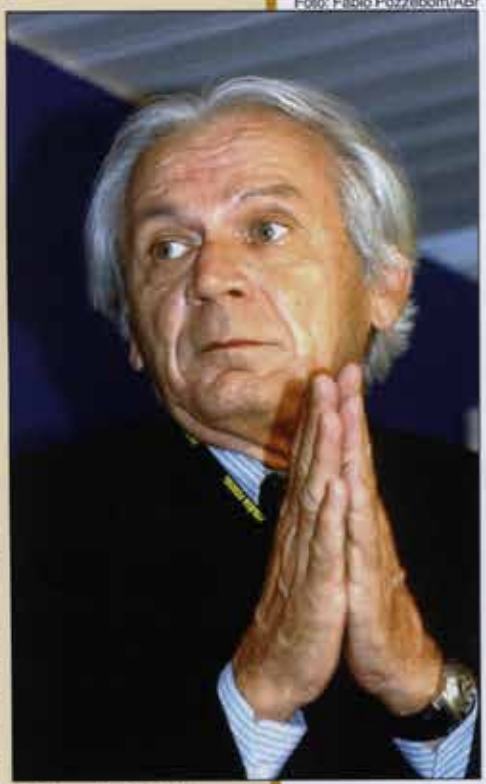
A expectativa da categoria é que a PF continue sendo dirigida por um delegado de polícia federal. O delegado federal Amaury Portugal, presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia Federal de São Paulo, afirma que a categoria se mobilizou para reivindicar do Governo Federal maior participação das entidades representativas dos delegados no processo de escolha do diretor-geral da PF. "Nós elaboramos uma lista sêxtupla para ser apreciada pelos sindicalizados e não sindicalizados".

O nome escolhido será apresentado ao Governo Federal. A mobilização foi articulada em vários estados brasileiros para garantir que as entidades de classe opinassem para a indicação de um nome para a Direção-Geral do DPF.

Santo de casa faz milagre

"A Polícia Federal vai se consolidar como uma das mais respeitadas instituições brasileiras", antecipa o delegado federal Rander Gomes de Deus, da Superintendência Regional de Goiás. Ele confia na manutenção do bom relacionamento que imperou entre as classes do Departamento de PF em 2005 e 2006 e destaca a composição e atuação do Grupo das Entidades Representativas da PF (GERC). "Temos que enaltecer o bom trabalho que todas as entidades de classe tiveram na busca de melhorias para nós, policiais federais e administrativos".

Foto: Fábio Pozzebom/ABr



Delegado Getúlio Bezerra, diretor de Combate ao Crime Organizado da PF

Em 2006, a PF conseguiu realizar investimentos para modernizar a estrutura de trabalho e aumentar sua eficiência. A modernização da entidade tem sido realizada pelos projetos Promotec e Pró-Amazônia, que têm os objetivos de ampliar a presença da corporação em todo o país, elevar o nível de capacitação técnica e operacional do efetivo por meio do reaparelhamento técnico-científico e do combate sistemático ao crime organizado.

"Esperamos que os futuros gestores prossigam com as metas traçadas na gestão do diretor-geral, Paulo Lacerda, no que diz respeito à modernização, treinamento, transparência e incremento de operações policiais", ressalta o delegado Rodrigo Carneiro.

A *Revista Prisma* perguntou a delegados e delegadas de polícia federal que fazem parte da ADPF quais as expectativas para 2007. Confira a opinião de alguns associados.

O QUE ESPERAR PARA DELEGAD

Que a Polícia Federal mantenha sua conduta preconizada no Estado de Direito e de acordo com as normas constitucionais e que a categoria de delegado de polícia federal seja fortalecida com remuneração condigna e tenha condições adequadas de trabalho.

Rivadavia Rosa
Rio Grande do Sul

"A continuidade do trabalho que a nossa entidade, a ADPF, já vem realizando para a implantação da autonomia administrativa e financeira do Departamento de Polícia Federal."

Rodrigo de Melo Teixeira
Minas Gerais

"Que a Polícia Federal seja mais profissional, inteligente e apartidária; os indicados para as missões mais difíceis sejam escolhidos de maneira a não darem 'tiros no pé;' e que a ela seja Polícia de Estado."

Wladimir Cutarelli
Pernambuco

"Nossa expectativa é que a administração continue com a valorização da área de controle de migração, que é responsável por 71% do total arrecadado para o Fundo Nacional de Reaparelhamento e Modernização da PF - Funapol. Esperamos que continuem os investimentos nas áreas de fronteiras terrestres, aeroportos e nas unidades dos estados."

Rogério Galloro
Distrito Federal

DE POLÍCIA FEDERAL EM 2007?

"Que a Polícia Federal continue orgulhando a sociedade brasileira com seu trabalho sério, profissional e eficiente e que a alçou à condição de instituição de maior credibilidade no cenário nacional. Espero que os elogios que nossos governantes fazem com freqüência às operações realizadas pelo DPF se convertam em melhorias para a instituição e seus servidores. Especialmente na forma de uma Lei Orgânica na qual sejam outorgadas garantias à altura do trabalho que estamos desenvolvendo."

Sandro Caron
Rio Grande do Sul

"Que o Departamento de Polícia Federal consiga ampliar a atuação no combate aos crimes transnacionais. Esse trabalho tem sido feito, porém é preciso intensificar as ações que coíbam esse tipo de conduta criminosa."

Adalton Martins
Distrito Federal

Foto: Andréa Viegas/ADPF

Que o Departamento de Polícia Federal continue desempenhando suas atividades com autonomia, honradez e vigor. Lamento, entretanto, que o resultado das famigeradas operações seja apenas imediatista. Afinal, a condenação dos responsáveis, quando ocorre, é tardia e causa na sociedade sensação de impunidade ainda maior. A morosidade da Justiça, a defasagem da legislação, a grande quantidade de recursos e o excesso de burocracia do processo judiciário são as principais razões da lentidão. A Polícia Federal continuará fazendo seu trabalho que orgulha a todos nós, com a esperança de um dia ver a efetividade de tanto afinco.

Bruna Rizzato
Distrito Federal

Que o engajamento dos servidores em 2006 se mantenha e permita que a Polícia Federal continue a repressão ao crime com eficiência e eficácia. É grande a expectativa para que mudanças legislativas garantam aos delegados de polícia federal segurança e independência e promovam a tão almejada autonomia funcional, administrativa e financeira. Tudo isso para que a entidade se consolide como uma das instituições brasileiras que mais primam pela defesa da cidadania e do Estado Democrático de Direito.

Foto: Andréa Viegas/ADPF

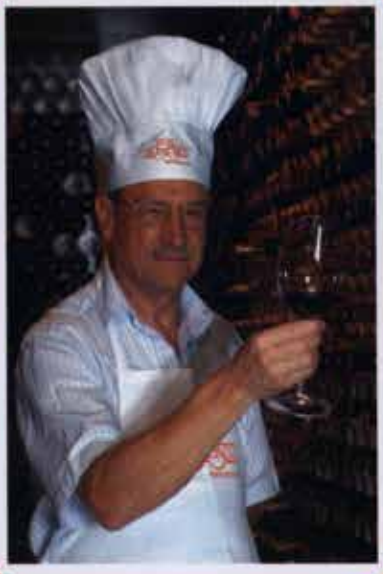
Marcus Vinícius S. Dantas
Distrito Federal

Para participar desta seção, envie sua declaração para adpf@adpf.org.br com a indicação Fala Delegado.

Acredito que a Polícia Federal continuará recebendo pelo menos parte dos recursos de que necessita e que o efetivo até poderá ser aumentado e que a tecnologia para investigação será melhorada. Não acredito que a PF conquiste, em 2007, a tão sonhada e esperada autonomia, da mesma maneira que não vejo possibilidades da Polícia Federal desvincular-se do Ministério da Justiça. Essa seria a única maneira do órgão se ver livre das injunções políticas que tanto prejudicam o seu trabalho e diminuem a sua capacidade operacional.

Geraldo José Chaves
Distrito Federal

ONDE OS MELHORES GRELHADOS
HARMONIZAM COM GRANDES VINHOS



Asbac - SCES trecho 2 conjunto 31
(61) 3224 8429
3226 2005

Academia de Ténis - SCES trecho 4
conjunto 5 lote 1B
(61) 3316 6285
3316 6265

www.domfranciscorestaurante.com.br

DOM FRANCISCO
RESTAURANTE

Carta de Laranjeiras pede aumento de efetivo da Polícia Federal

O pedido dos governadores dos estados da Região Sudeste não leva em consideração o perfil da polícia que a sociedade brasileira precisa

Foto: Governo Estadual RJ

Foto: Gabriel Paiva/Agência O Globo

Paulo Hartung, Aécio Neves, Sérgio Cabral, José Serra e César Maia no Palácio das Laranjeiras

Nos últimos dias de 2006 o Brasil assistiu a outro capítulo do abuso do crime organizado. Dessa vez, os alvos foram nas cidades do Rio de Janeiro e Vitória. A sucessão de barbaridades deixou à mostra uma ferida aberta pela violência urbana que teima em não cicatrizar. O episódio teve, ao menos, um aspecto positivo: a mobilização das autoridades pela busca de uma solução comum e independente de siglas partidárias.

Na primeira semana de janeiro foi realizada uma reunião entre os governadores dos estados da Região Sudeste para o lançamento do Gabinete de Gestão Integrada de Segurança do Sudeste, no Palácio das Laranjeiras, no Rio de Janeiro. O quarteto formado pelo anfitrião do encontro Sérgio Cabral; Aécio Neves, de Minas Gerais; José Serra, de São Paulo; e Paulo Hartung, do Espírito Santo, elaborou um documento encaminhado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e batizado de *Carta de Laranjeiras*, que faz uma série de reivindicações para a área de segurança pública desses estados (leia o box desta matéria)

Uma das reivindicações do documento apresentado ao presidente da República é aumentar o efetivo da Polícia Federal. Atualmente, a corporação conta com 11 mil servidores na ativa. Um estudo realizado em 1975 – quando havia 7 mil servidores na PF – calculou que dez anos depois, em 1985, a instituição deveria contar com 15 mil homens, número que deve ser alcançado ao final de 2007.

Na avaliação do presidente da ADPF, Sandro Torres Avelar, o pedido dos governadores carece de uma análise mais criteriosa da atual situação do DPF. "É preciso avaliar se o cerne do problema é realmente a falta de policiais federais. Não adianta aumentar o efetivo de uma polícia que é de inteligência, de investigação, e continuar com outros problemas de ordem de segurança pública. O surgimento das milícias é um exemplo".

Avelar lembra, ainda, que a Polícia Federal vem perdendo bons policiais para outros órgãos, em função da disparidade salarial. "De que adianta aumentar o efetivo da PF por um lado, se do outro estamos perdendo excelentes profissionais?" Segundo ele, é preciso equiparar os salários para evitar a fuga de delegados para o Ministério Público, por exemplo.

Além disso, há outros obstáculos, como um impacto que um aumento no efetivo pode causar no orçamento da União. Afinal, a equipe econômica do governo alega falta de recursos para não conceder o reajuste salarial pleiteado pela categoria. Outro diz respeito à estrutura limitada da Academia Nacional de Polícia, que forma apenas entre 1 mil e 1,2 mil policiais por ano.

Outro aspecto que deve ser levado em consideração em relação ao pedido dos governantes é o perfil da polícia que a sociedade precisa. Uma polícia com menor efetivo, mas que seja qualificada e preparada, com recursos físicos apropriados para a ação, tem mais eficiência do que uma polícia com um efetivo enorme, mas desqualificado e sem recursos físicos apropriados.

O que querem os governadores

1 Aumentar os efetivos da Polícia Federal na região para permitir o pleno exercício das funções da instituição, entre elas o combate ao tráfico de armas e de drogas, bases fundamentais da existência do crime organizado. Em relação ao tráfico de armas, o pedido é para que as Forças Armadas intensifiquem a ação nas fronteiras.

2 Intensificar a integração dos serviços de informações federais e estaduais, com a participação ativa, além da Polícia Federal, das Forças Armadas, Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), Banco Central e Receita Federal.

3 Aumentar os efetivos da Polícia Rodoviária Federal, para que a instituição realize em ampla esfera de ação e com a máxima eficiência o patrulhamento ostensivo das rodovias federais e as operações de sua competência.

4 Suplementar o orçamento federal para permitir, no mínimo, a manutenção dos valores de 2006, relativos ao Fundo Nacional de Segurança Pública e ao Fundo Nacional Penitenciário.

5 Determinar que os recursos desses dois Fundos fiquem isentos do contingenciamento orçamentário e sejam empregados integralmente – e com a necessária agilidade – no atendimento dos fins para os quais foram criados.

6 Repassar recursos financeiros do Fundo Nacional de Segurança Pública, conforme valores solicitados e relativos a projetos concretos apresentados para o aprimoramento e treinamento profissional dos policiais e a aquisição de equipamentos, necessários, por exemplo, para a modernização da Polícia Técnico-Científica e para o sistema de radiocomunicação digital.

Polícia Federal e Dossiêgate

A necessidade de garantias para o exercício independente e eqüidistante da atividade de Polícia Judiciária

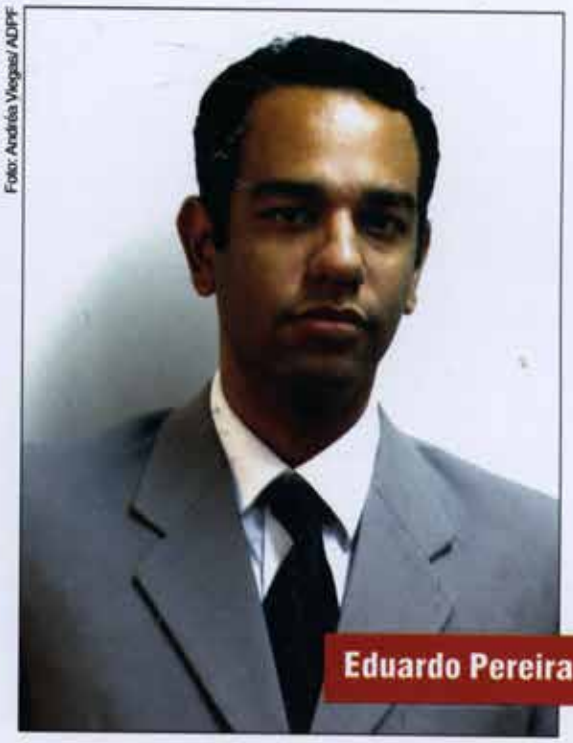


Foto: Andréa Viegas/ ADPF

Eduardo Pereira da Silva*

A recente atuação da Polícia Federal no caso do dossiê da máfia dos sanguessugas engrossou a discussão acerca do uso político da PF e introduziu um novo tema no debate: a autonomia da Polícia Federal.

A existência de órgãos autônomos na administração pública brasileira é muito maior do que se tem propagado. Uma série de prerrogativas sempre foi concedida sob o argumento de colocar determinadas instituições públicas a salvo da influência de grupos políticos e econômicos.

O Poder Judiciário e o Ministério Público são, atualmente, as instituições com maior poder de autonomia em relação ao Executivo e ao Legislativo. Seguindo a experiência estrangeira, os magistrados e membros do Parquet no país gozam das seguintes garantias, entre outras: a inamovibilidade, a independência funcional e a vitaliciedade. Isso quer dizer que não podem ser, em regra, transferidos contra sua própria vontade, demitidos sem ordem judicial – diversamente dos demais servidores públicos que podem ser demitidos por meio de processos administrativos –, responsabilizados pelos atos praticados no exercício das funções, salvo má-fé, ou mesmo designados casuisticamente para processos específicos.

Em boa parte dos países da Europa continental, como a França, a administração do Judiciário ainda é feita pelo Ministério da Justiça e as funções do Ministério Público são desempenhadas por magistrados. No Brasil, a Constituição de 1988 criou instituições bem distintas e concedeu autonomia administrativa, financeira e orçamentária ao Judiciário e ao Ministério Público, o que significa que independem do Executivo para admitir e gerir seus servidores, além de decidir quanto, como e onde gastar seus recursos. Deu certo!

Já em 2004, por meio de emenda constitu-

cional, as defensorias públicas estaduais – às quais cabe a assistência jurídica dos necessitados, não raras vezes processando o Estado e seus governantes – receberam garantias (excepcionando a vitaliciedade) e autonomia idênticas.

Fora do sistema judiciário, é possível encontrar um bom número de órgãos que receberam o devido enaltecimento institucional e valorização profissional, em maior ou menor grau. Assim ocorreu com os tribunais de contas, os conselhos de fiscalização profissional, as universidades, o CADE e a Comissão de Valores Mobiliários. Esses e outros órgãos vêm recebendo garantias institucionais variadas como a autonomia administrativa, financeira, instituição de mandatos fixos aos dirigentes, alguns nomeados pelo presidente da República após aprovação pelo Senado, garantia de inamovibilidade e independência funcional aos seus servidores. Nenhuma dessas garantias está imune a críticas.

Isso se tornou mais freqüente com a reforma administrativa do governo FHC que, em 1998, por meio de emenda constitucional, introduziu o princípio da eficiência na administração pública, prevendo a possibilidade de concessão de autonomia gerencial, orçamentária e financeira a diversos órgãos, e abrindo caminho à criação das diversas agências que hoje gozam de algumas prerrogativas (ANA, ANATEL, ANEEL, ANP etc.).

Curiosamente, as polícias e policiais não possuem nenhuma dessas garantias. Na prática, isso significa que um delegado da Polícia Federal pode ser transferido a qualquer tempo de São Paulo/SP para Tabatinga/AM, Oiapoque/AP ou Chuí/RS e ser designado pela vontade dos superiores para qualquer caso, ou dele ser afastado, além de se submeter a um regime disciplinar criado em plena ditadura e que lhe permite ser punido pelo simples fato de fazer críticas à administração. Isso quer dizer, ainda, que o Executivo tem o poder para dizer o quanto, quando e como a PF irá gastar seus recursos.

> Um delegado da Polícia Federal pode ser transferido a qualquer tempo, ser designado pela vontade dos superiores para qualquer caso ou dele ser afastado.

Para nós, delegados, a discussão acerca da concessão de garantias mínimas aos órgãos policiais surgiu já há muito tempo, fruto de dificuldades muito mais freqüentes do que pretendem aqueles que só agora entraram neste debate. Ela é apenas uma das pontas de uma discussão interna ampla que envolve um estatuto de investigação, prerrogativas compatíveis com a responsabilidade e riscos do cargo, independência funcional, com escolha do dirigente máximo por lista tríplice da categoria, o incremento dos mecanismos de controle da polícia e, principalmente, o papel que ela deve exercer numa sociedade democrática.

Essas são algumas reflexões que ficaram esquecidas nas prateleiras de duvidosos defensores da democracia, que, ao tempo em que apregoam uma sociedade justa, igualitária, com controle dos atos policiais, coibindo excessos e abusos, contraditoriamente, querem assegurar a existência de uma polícia submetida às intempéries do poder, sem um mínimo de garantias e prerrogativas, para afinal, propagar a falsa idéia de uma polícia a serviço do governo. ■

> A Constituição de 1988 concedeu autonomia administrativa, financeira e orçamentária ao Judiciário e ao Ministério Público. Deu certo.

***Delegado da Polícia Federal em Brasília, chefe do Serviço de Apoio Disciplinar da Corregedoria-Geral e-mail: edu_ps@yahoo.com**

Foto: Andréa Viegas/ADPF

Delegados federais Sebastião Lessa e Sandro Torres (presidente da ADPF) e o delegado civil Celso Ferro durante o debate

Corrupção em pauta

No ano em que as denúncias de corrupção estiveram constantemente em pauta, representantes de vários segmentos sociais se reuniram, em Brasília, do dia 04 ao dia 06 de dezembro, para discutir o problema.

O *III Fórum Brasileiro de Combate à Corrupção na Administração Pública* foi promovido pela Editora Fórum. O presidente da ADPF, Sandro Avelar, presidiu o painel *Polícia Judiciária - órgão investigativo*, do qual fizeram parte os delegados Sebastião Lessa e Celso Ferro. "O debate foi importante porque colocou em evidência, de forma positiva, a Polícia Judiciária. São policiais defendendo as nossas posições", ressaltou Avelar.

Porte de arma legal

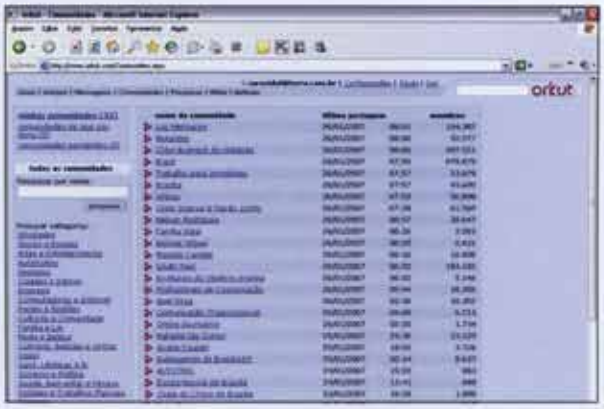
O Governo Federal deu início a uma campanha de esclarecimento sobre o recadastramento de armas de fogo legais no Brasil. Com o *slogan* "Arma legal só com registro federal", o Ministério da Justiça alerta o cidadão sobre o prazo para renovação do registro, que vai até dia 02 de julho de 2007. Quem não atender ao chamado do governo cairá na ilegalidade e passa a cometer crime de posse ilegal de arma de fogo.

Combate à pedofilia virtual

Para combater a exploração sexual infantil pela internet, a Polícia Federal colocou em funcionamento um dos sistemas de informação mais modernos do mundo. O Brasil será o segundo país a adotar o *Child Exploitation Tracking System* (CETS), um sistema de origem canadense para o rastreamento de exploração infantil pela rede mundial de computadores. Estão na fila para iniciar esse processo nações como Estados Unidos, Itália, Reino Unido e Indonésia.

Orkut vai colaborar com a PF

A Google, empresa que detém e mantém o *site* de relacionamentos Orkut, oficializou a abertura de um canal direto de comunicação (*hotline*) com a Polícia Federal. O novo sistema vai encaminhar denúncias e pedidos de informações sobre usuários e comunidades do Orkut. A ferramenta é uma forma de agilizar o processo, atualmente realizado por intermédio de advogados e representantes legais. O sistema de colaboração vai permitir às autoridades policiais brasileiras o registro de objeções a usuários, comunidades ou conteúdo publicado no Orkut.



Delegados contestam poder conferido ao MP

Avaliar as ações de 2006 e planejar as atividades deste ano. Esses foram os objetivos do *VI Encontro de Delegados Regionais Executivos (DIREX) da Polícia Federal*, realizado de 05 a 07 dezembro na sede da Academia Nacional de Polícia, em Brasília.

O presidente da ADPF, Sandro Torres Avelar, foi convidado a participar do evento. Avelar falou aos delegados sobre a atuação da Associação, destacando a importância da Entidade para defender questões de interesse da categoria, como melhorias salariais e de condições de trabalho, e as prerrogativas do delegado de polícia federal.

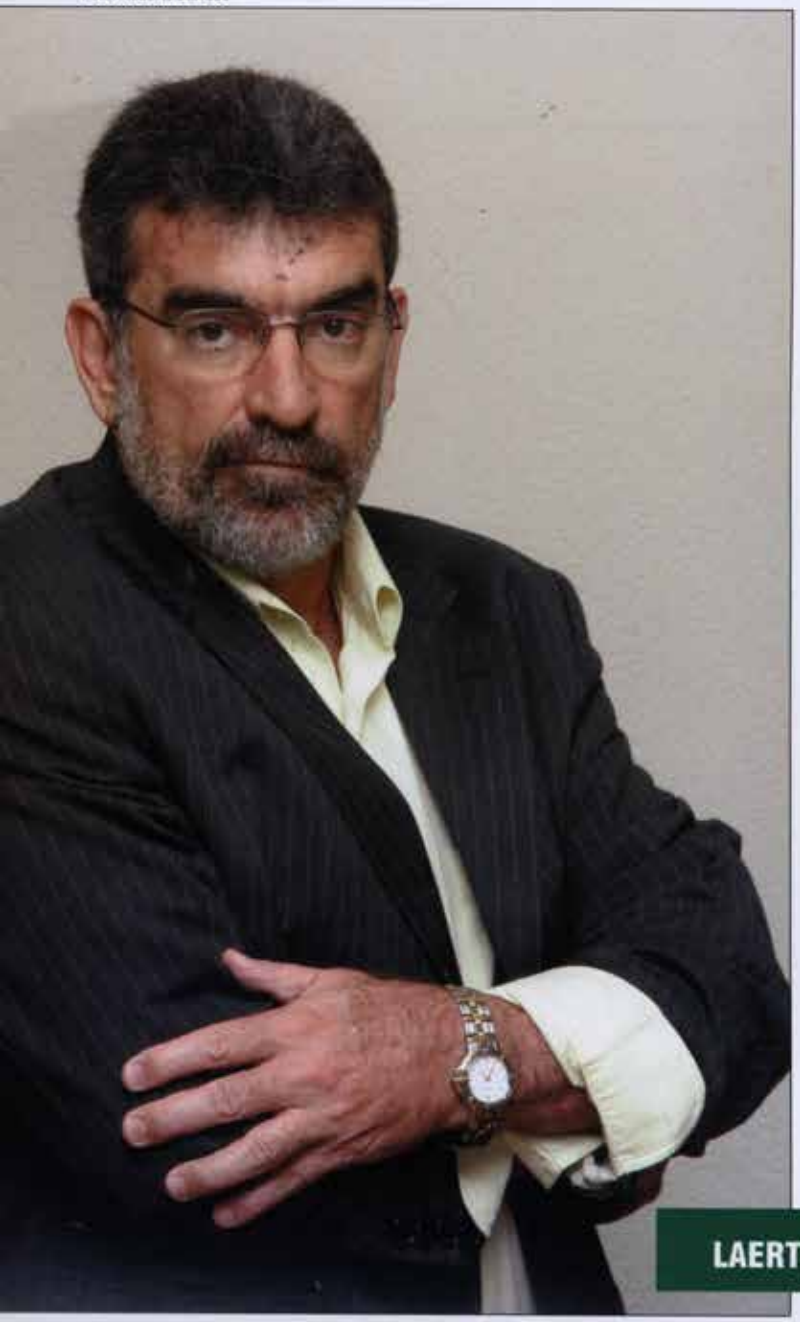
Os delegados regionais executivos divulgaram, após o encerramento do encontro com Avelar, uma nota sugerindo à direção do Departamento de Polícia Federal que não acate as Resoluções nº 13, do Conselho Nacional do Ministério Público; e nº 88, do Conselho Superior do Ministério Público. Na avaliação dos delegados, o conteúdo das normas fere o exercício da autoridade policial e está sendo apreciado pelo Supremo Tribunal Federal, por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade.

Foto: Andreia Viegas/ADPF

Presidente da ADPF durante encontro com os delegados regionais executivos

Reforço para a segurança pública no Congresso Nacional

Foto: Roberto Barroso



LAERTE BESSA

O delegado da Polícia Civil Laerte Bessa, 52 anos, foi eleito deputado federal com mais de 60 mil votos e com o apoio dos policiais civis e federais do Distrito Federal. Durante a campanha, o candidato pelo PMDB prometeu defender os interesses da categoria e trabalhar pela segurança pública no Congresso Nacional. Bessa é goiano da capital, nascido no Dia do Trabalho, 1º de maio, de 1954 e graduado em direito pela Universidade Católica do Goiás. Ingressou na Polícia Civil do DF em 1987 e, de 1999 a 2006 – quando se afastou do cargo para concorrer às eleições, esteve à frente da direção-geral da entidade.

Nesta entrevista exclusiva para a *Revista Prisma* o deputado federal fala sobre as propostas para o mandato na Câmara dos Deputados. Ele defende a aprovação da Lei Orgânica das entidades policiais, a autonomia da Polícia Federal e uma reforma do sistema penitenciário.

Prisma - O que motivou sua candidatura a deputado federal?

Bessa - O desejo, no meio policial, de buscar melhores condições de trabalho. Como presidente do Conselho Nacional de Diretores de Polícia durante cinco anos, senti as dificuldades em fazer mudanças na área da segurança pública. Vários projetos de lei com propostas para melhorar em médio e em longo prazo o combate à violência foram encaminhados ao Congresso por meio do Executivo e não foram aprovados. Apenas copiaram parte do projeto do Sistema Nacional de Armas (Sinarm).

> Presos têm que trabalhar. Progressão de pena somente para aqueles que são recuperáveis.

Prisma - Então, na sua avaliação, o Congresso Nacional não está tão aberto para a sociedade?

Bessa - O Conselho Nacional dos Chefes de Polícia é ligado diretamente ao Ministério da Justiça. Apesar dos projetos serem em nome do Governo, não obtivemos êxito. Passei a pensar que com o mandato na Câmara Federal eu poderia fazer mais, não só para a segurança pública no DF como para todo o Brasil. Em uma reunião com representantes de sindicatos e associações de categorias foi detectada a necessidade de termos um representante da Polícia no Congresso Nacional. Então, resolvi aceitar o desafio de concorrer à vaga de deputado federal.

Prisma - Conhecedor das dificuldades de realizar mudanças na área da segurança pública, de que forma o seu mandato vai ser diferente?

Bessa -Atuar como presidente do Conselho, no Executivo, é uma coisa diferente da atuação de parlamentar. Eu mesmo vou ter condições de propor projetos de lei.

Prisma - Como vai ser a sua atuação como deputado federal?

Bessa - Minha atuação será ligada às questões de segurança pública. Uma das minhas metas é diminuir em médio prazo a violência no país. Nós temos diversas propostas boas e, como deputado, posso encaminhá-las.

Prisma - O senhor pode citar algumas dessas propostas?

Bessa – Uma delas é mudar a Lei de Execuções Penais que tem questões que precisam ser revistas. Como acabar com algumas regalias nas liberdades, sursis e indultos. Aqueles que praticam crimes com violência precisam ser mantidos presos. A chance de um detento reincidente em crimes violentos se recuperar é quase zero. Precisamos que os presídios possam, realmente, recuperar as pessoas que praticaram crimes sem violência.

Prisma - O senhor também vai lutar pela reforma do sistema penitenciário?

Bessa - Temos que revê-lo. Presos têm que trabalhar. Progressão de pena somente para aqueles que são recuperáveis. Para aqueles irrecuperáveis, a nossa lei tem que ser dura e severa.

Prisma -O senhor acha que os presos devem ser isolados como ocorreu com alguns líderes do PCC?

Bessa - Com certeza. Isso funciona, pelo menos, para acudir a segurança pública do país. Por exemplo, foi preso o Girote, num trabalho iniciado pela Polícia Civil e depois concluído pela Polícia Federal, que tem mais de 50 assaltos a bancos. É um ladrão refinado que há muito tempo está solto. O Girote será mais um Marcola? Um Fernando Beira-mar? Que outra opção temos? Esse tipo de bandido tem de ser isolado, eu sou a favor do isolamento deles. O Brasil não aprova uma lei de pena de morte...

Prisma - O senhor é a favor da pena de morte?

Bessa - Não. Sou a favor da prisão perpétua, porque esses bandidos não têm condição de sair dos presídios, são irrecuperáveis, infelizmente.

Prisma - Uma das propostas do senhor é criar o Ministério da Segurança Pública. Como funcionaria?

Bessa - Nossa idéia é transformar a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) nesse Ministério. Porque atualmente ela não tem autonomia, nem condições de propor, por exemplo, um plano para arrecadar fundos para municiar as instituições policiais dos Estados. A Polícia Civil do Distrito Federal é um exemplo e tem autonomia conferida pelo Governo do DF.

Mas nós precisamos dessa autonomia para todas as polícias. Será possível melhorar os quadros de servidores, pagar salários dignos, acabar com a corrupção nos estados, além de padronizar atuações conjuntas, com a aprovação da Lei Orgânica.

Prisma - A Lei Orgânica será uma das suas bandeiras no Congresso?

Bessa - Sim. Existe um projeto preparado em conjunto pelas polícias Civil, Militar e Federal feito quando eu estava no Conselho Nacional de Chefes de Polícia.

Nós precisamos trabalhar pela aprovação deste projeto, que hoje está engavetado no Ministério da Justiça.

Prisma - Por que o projeto da Lei Orgânica não saiu do papel?

Bessa - Não saiu porque falta mais interesse político em recuperar a segurança pública do Brasil. A Lei Orgânica é essencial, hoje, para que possamos iniciar essa recuperação.

Foto: Marina Lima

Prisma - A ADPF defende a autonomia da Polícia Federal para que a corporação tenha condições de atuar como uma polícia de Estado, republicana e independente. Mas alguns setores da sociedade são contra. Qual a sua avaliação?

Bessa -São contra a autonomia da Polícia Federal aqueles que não querem o progresso e a redução da violência. É preciso dar autonomia às polícias para que essas corporações sejam capazes de gerir as próprias necessidades. É uma situação da qual não podemos mais fugir. Há estados, por exemplo, em que policiais ainda usam a máquina de escrever.

Prisma - Quais os seus projetos para os delegados de polícia?

Bessa - Um dos pontos é reconquistar o direito de emitir mandados de busca e apreensão, que foi perdido com a Constituição de 1988. Hoje, tem que fazer o pedido a um juiz. O tempo que leva para o pedido passar pelo Ministério Público e voltar para o juiz prejudica a investigação. Temos também que acabar com delegados nomeados politicamente, prática que ainda existe em alguns Estados. Nesses casos, são nomeadas para o cargo de delegados pessoas sem nenhuma formação que comprometem a imagem da polícia. São os chamados "delegados calças-curtas".

Prisma - Qual a sua opinião sobre o poder investigativo conferido por meio de resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público ao próprio Ministério Público?

Bessa - O MP tem que cuidar da parte dele. Não pode investigar. Tem que ficar explícito isso na nossa Lei Orgânica. O Ministério Público não pode intervir na investigação.

Prisma - Como será a sua relação com as entidades de classes de policiais federais, civis e militares?

Bessa - Vou recebê-las e estudar todas as propostas. Tudo o que for bom para a comunidade e o país eu não vou ter problema em apoiar.

Prisma - Ser um candidato ligado à Polícia Civil pode tirar sua atenção de outras áreas?

Bessa - Não sou deputado só da segurança. Minha vida foi voltada para essa área, mas nada vai me impedir de trabalhar pela saúde, educação, por mais emprego e impostos mais baixos.

Prisma - Como o senhor avalia sua gestão à

frente da Polícia Civil do DF?

Bessa - Passei sete anos e três meses na direção da Polícia Civil do Distrito Federal. Consegui politizar a entidade e fazê-la crescer. A nossa polícia estava na lama, sucateada. Hoje, temos uma corporação saudável com policiais trabalhando de cabeça erguida, armas de última geração, viaturas e salário digno. Reestruturei toda a Polícia Civil do DF que é reconhecida como a melhor do país. Não foi trabalho do Laerte Bessa, mas uma ação conjunta de todas as categorias que fazem a nossa polícia.

> O delegado tem uma função constitucional que deve ser exercida plenamente. Não será um político que vai barrar uma investigação.

Prisma - Os índices de violência foram reduzidos?

Bessa - Com certeza. Principalmente com o trabalho da nossa inteligência. Há muito tempo não há assaltos a bancos e o DF não tem crime organizado. A Policia Civil coordena o sistema penitenciário. Há quanto tempo não temos rebelião?

Prisma - Como o senhor avalia a crise política desencadeada pelo caso do dossiê petista contra os tucanos, que despertou desconfianças sobre a isenção do trabalho da Polícia Federal?

Bessa - Quiseram bombardear a PF. A gente sabe que não existe isso de parcialidade numa investigação. O delegado tem uma função constitucional que deve ser exercida plenamente. Não será um político que vai barrar uma investigação, ou querer forçar uma investigação a mais para favorecer esse ou aquele político. Não podemos deixar que coloquem a Polícia Federal como bode expiatório das desavenças do país.

Prisma - As crises que se repetem a cada ano mancham ainda mais a imagem do Congresso. Como reverter essa situação?

Bessa - Eu e outros colegas eleitos temos preocupação de reverter a idoneidade do Congresso. Nós sabemos que hoje mais da metade dos parlamentares esteve envolvida corrupção. Essa é uma das razões da minha candidatura. ■

Esta é a grande vocação da Komatsu.

Terra, transformação, trabalho, movimento permanente, pelas forças inexoráveis da natureza, pelos sonhos, pela criatividade e pelas mãos do homem, no desejo de transformar, vencer desafios, superar limites, com determinação, coragem e heroísmo.

www.komatsu.com.br

KOMATSU

2006 em revista

O ano que passou foi de muitas conquistas para a ADPF. Confira um resumo das principais realizações da Instituição ao longo dos 12 meses que passaram

Foto: Andréa Viegas/ADPF

O presidente da ADPF, Sandro Torres Avelar, conversa com os delegados durante o dia de paralisação

BRAÇOS CRUZADOS

Em junho, a Polícia Federal cruzou os braços durante 24 horas para reivindicar melhores salários, após quase um ano de negociação com o Governo Federal. A paralisação contou com a participação maciça dos delegados federais que, em virtude da gravidade do momento e indignados com a falta de definição do aumento, suspenderam as atividades. Foi um momento histórico para a categoria, que promoveu uma adesão de 100% dos profissionais em uma demonstração de mobilização jamais vista antes.

A Associação, junto com as demais entidades que fazem parte do Grupo de Entidades Representativas das Categorias que integram a Polícia Federal (GERC) esteve em constante vigília, participando das reuniões com os representantes do Governo e mobilizando os delegados federais.

Foto: Andréa Viegas/ADPF

Paulo Lacerda e os dirigentes da ADPF debatem as restrições do Ministério Público Federal

DIÁLOGO COM O DPF

Debater com a direção do DPF os interesses da categoria foi uma das preocupações da Diretoria Executiva da ADPF. Além de contatos informais, dirigentes da Associação se reuniram com o diretor-geral do Departamento, Paulo Lacerda, diversas vezes.

No dia 06 de outubro, participaram do encontro o presidente, Sandro Torres Avelar; o secretário-geral, Bolívar Steinmetz; e o diretor jurídico, Aloysio José Bermurdes Barcellos.

Foi solicitado ao DPF realização de estudo e orientação normativa sobre o conteúdo das Resoluções nº 13 e nº 88, aprovadas pelos conselhos Superior e Nacional do Ministério Público Federal.

Os delegados de polícia federal são contrários às duas resoluções porque, entre outros fatores, as normas afetam a autoridade administrativa das corporações policiais. A Associação ingressou com Ação Direta de Inconstitucionalidade da Resolução nº 88, que tramita no STF. A ADPF entende que a regulamentação da matéria é de atribuição específica do Congresso Nacional.

RECOMPOSIÇÃO SALARIAL

A Associação encaminhou ofício ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, reivindicando a retomada das negociações sobre a recomposição salarial dos policiais federais. O documento pede ao MJ e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que fosse cumprido o compromisso de encaminhar proposta de aumento da recomposição de salário em um prazo de 180 dias, a contar a partir de 1º de julho de 2006.

Para a ADPF, a demora no cumprimento do acordo tem deixado a corporação aflita. A insatisfação cresce na medida em que novos reajustes têm sido noticiados para carreiras, atualmente, melhores remuneradas. Isso tem causado severos transtornos para a Polícia Federal, que tem perdido, sistematicamente, servidores qualificados e em quem foram feitos grandes investimentos pela Administração.

A LUTA PELA AUTONOMIA

A ADPF saiu em defesa da Polícia Federal pela acusação de atender a interesses do Governo Federal e partidários. Uma das ações foi encaminhar presidente nacional do PSDB, Tasso Jereissati, uma sugestão de proposta de lei que prevê a autonomia legal da PF.

O encontro de Sandro Avelar com o senador foi no dia 17 de outubro e repercutiu em diversos veículos, como *O Globo, Folha de S.Paulo, Estado de S.Paulo* e *Jornal Nacional*. O presidente esclareceu que a Polícia Federal tem realizado trabalho sério, competente e com isenção.

Foto: Andréa Viegas/ADPF

Associados participam de Assembléia Geral na ADPF

CONGRESSO NACIONAL

A Associação tem acompanhado a tramitação de projetos de interesse dos delegados e da Polícia Federal. Como o Projeto de Lei Complementar 68/03, que concede aposentadoria especial para policiais.

O PLC foi aprovado pela Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados. No Senado Federal, foi aprovada pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais.O tempo para aposentaria especificado no projeto é de 30 anos para os homens e 25 anos para mulheres que exerçam atividade de risco. O texto não beneficia os policiais e a ADPF e a assessoria parlamentar do DPF querem rever essa exigência.

Outro assunto foi a aprovação da Medida Provisória 305 pelo Congresso Nacional, que originou a Lei nº 11.358. Apesar do empenho da categoria, a proposta do Governo Federal trouxe prejuízos para muitos servidores, que perderam adicionais e vantagens incorporadas.

A ADPF e entidades ligadas a outras carreiras típicas de Estado definiram uma ação conjunta para reivindicar a correção das distorções e a restituição dos benefícios retirados. No dia 21 de novembro, representantes das categorias abrangidas pela antiga MP 305, em encontro com o líder do Governo Federal no Senado, senador Romero Jucá (PMDB/RR), obtiveram o compromisso do parlamentar de encaminhar ao Congresso proposta para restituir os benefícios perdidos. A Associação, por decisão de Assembléia Geral Extraordinária, também vai ajuizar ação judicial para manter os direitos e vantagens dos associados.

ESTÁGIO PROBATÓRIO

A Associação ajuizou uma ação na Justiça Federal na tentativa de reduzir o estágio probatório dos delegados federais, que atualmente é de 36 meses, para 24 meses.

DESCONTO EM FOLHA

Foi obtida uma liminar na Ação em que contesta o limite de descontos em folha de pagamento dos associados. A justiça determinou que o Ministério do Planejamento e o DPF mantenham inalterados os descontos que vinham sendo feitos anteriormente.

Devem permanecer separadas as rubricas relativas à mensalidade, ao seguro de vida, ao plano de saúde e outras consignações.

NOMEAÇÃO DE DELEGADOS

Uma Ação Ordinária foi ajuizada no dia 16 de outubro para promover os delegados recém-nomeados na 3ª classe para 2ª classe. A 3ª classe não existia na estrutura funcional da carreira na abertura do último concurso público, e as vagas oferecidas tinham como salários da carreira inicial os correspondentes aos de 2ª classe. Com a nomeação em 3ª classe, os novos delegados vão receber salários bem abaixo do que foi publicado no edital do concurso público.

LICENÇA CAPACITAÇÃO

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão assegurou à ADPF que o delegado federal que pretende tirar licença para capacitação poderá usufruir do benefício até o último dia anterior ao fechamento do qüinqüênio subseqüente. O parecer do MOG foi encaminhado ao DPF para conhecimento e adoção das medidas cabíveis.

APOSENTADOS

O STF concedeu decisão favorável ao Mandado de Segurança impetrado pela ADPF para excluir do teto constitucional os proventos dos aposentados filiados. A decisão beneficiou os delegados aposentados até a data do ingresso da ação, no dia 16 de setembro de 1991. Uma nova ação já foi ajuizada para beneficiar os que se aposentaram após essa data.

INTERPELAÇÃO VEJA

Um pedido de explicações ao jornalista Márcio Aith, da revista *Veja*, e ao banqueiro Daniel Dantas foi ajuizado na Justiça Federal de São Paulo. Em reportagem, intitulada "Dantas entregou e continua operando", o jornalista divulgou acusações feitas pelo empresário Daniel Dantas contra policiais federais. O jornalista respondeu a interpelação da ADPF com o argumento de que foram reproduzidas *ipsis literis* declarações dos empresários. Segundo Aith, Dantas é que deverá se explicar.

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Ação Ordinária Coletiva foi ajuizada para suspender o pagamento da contribuição previdenciária pelos delegados aposentados e pensionistas e foi considerada inconstitucional pelo STF. Foi pleiteado ainda o ressarcimento dos meses pagos até o julgamento da ação.

REGISTRO DE ARMA

A Associação ajuizou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) Nº 3.788, com pedido de liminar, reivindicando a isenção do pagamento de taxa de renovação do registro de arma de fogo para os associados que tenham o porte de mais de duas armas.

CONVÊNIOS

Novos convênios foram firmados para atender as demandas dos associados: Centro Odontológico Brazilian Life; Saga, revendedora de veículos; Instituto Mackenzie; Instituto de Educação Integral - Inei e Ótica da Lapa. Também foram renovadas outras parcerias.

Foto: Regional ADPF/CE

ENCONTRO FORTALEZA

O IV Encontro Nacional dos Diretores Regionais da ADPF reuniu representantes da Associação e da Fenadepol. As duas entidades definiram metas para realizar um trabalho em conjunto em defesa dos interesses da categoria e divulgaram a *Carta de Fortaleza* que trata de questões como a MP 305 e a Resolução nº 88, do MPF.

Os participantes definiram uma comissão de delegados para defender o reajuste salarial da categoria junto ao Ministério do Planejamento. Integram o grupo Sandro Torres Avelar, Rodrigo Carneiro, Armando Coelho, Joel Mazo e Amaury Portugal.

LEI ORGÂNICA

Durante o IV ENDR , o presidente Sandro Torres Avelar pediu ao diretor-geral do DPF, Paulo Lacerda, que considere a importância de a Lei Orgânica definir novas prerrogativas para o exercício da atividade policial.

PF E MP

A polêmica sobre o poder de investigação do MP continua. A ADPF esteve atenta às discussões sobre o tema e, no dia 6 de novembro, o presidente participou de um debate promovido pela Faculdade de Direito da Universidade Estadual de Gurupi (Unirg). O MP foi representado pelo procurador Marco Antônio Bezerra. O evento reuniu mais de mil pessoas.

Foto: C. Júnior - Ag. Câmara

REPASSES PARA DIRETORIAS REGIONAIS

A assembléia - realizada em Fortaleza durante o IV Encontro Nacional dos Diretores Regionais da ADPF (IV ENDR) definiu ainda o aumento no repasse de verbas pela ADPF às diretorias regionais de 20% para 30%.

MAERSK LINE

maerskline.com

CRIANDO OPORTUNIDADES NO COMÉRCIO GLOBAL

Os nossos clientes buscam os mais elevados padrões de qualidade, serviço e confiabilidade. Ao satisfazermos esta expectativa, esperamos ser o seu parceiro preferencial de logística e transporte de carga em contêiner.
Para isso, é fundamental que conheçamos verdadeiramente os seus negócios.
Como parceiros no comércio internacional, queremos nos envolver ativamente em diálogos sobre suas necessidades de hoje e do futuro.

Maersk Brasil Ltda.
Avenida das Nações Unidas, 12.901 - 21º andar - CENU - Torre Norte
CEP 04578-000 São Paulo Brasil
T 0800 702 9971

Atuação da PF contra crimes ambientais tem reconhecimento internacional

Entidade foi premiada por ações que reduziram o desmatamento da Floresta Amazônica

Foto: Arquivo pessoal

Delegado Jorge Pontes foi a Londres representar o DPF na premiação

O esforço da Polícia Federal em combater os crimes ambientais praticados na Floresta Amazônica ganhou reconhecimento internacional. A entidade foi premiada com um dos mais conceituados prêmios concedidos a instituições que se destacam por ações em defesa do meio ambiente em todo o mundo, o *Green Apple Awards*. Entre mais de mil finalistas, a PF ficou entre os três primeiros colocados pelas ações para reduzir a devastação florestal e outros crimes na Amazônia.

O prêmio *Green Apple Awards* existe há 12 anos e é concedido pela *Environment Agency Chartered Institute for Environmental Health* (agência não-governamental ligada à preservação ambiental) em reconhecimento aos serviços prestados em prol da proteção do meio ambiente. A cerimônia de entrega foi realizada no dia 20 de novembro, no parlamento inglês, a *House of Commons* (Casa dos Comuns, o equivalente à Câmara dos Deputados no Brasil), em Londres. O delegado Jorge Pontes, chefe da Divisão de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico (DMAPPH) da Polícia Federal, foi o representante da corporação para receber o prêmio.

O projeto premiado da Polícia Federal prevê o combate aos crimes na Floresta Amazônica como um todo. O objetivo das ações é atacar a transversalidade do crime ambiental, cometida junto com outras transgressões como, por exemplo, o tráfico de drogas. Para enfrentar esse perfil de quadrilha, a PF precisou aprimorar o modo de agir e buscou atuação conjunta com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e outros órgãos repressivos, especialmente em outros países.

O prêmio é o reconhecimento ao trabalho de repressão ao tráfico internacional de animais silvestres, à biopirataria, à extração de madeira, à pesca ilegal e à poluição em águas brasileiras. "O ano de 2006 foi o mais importante para repressão ao crime ambiental e esse prêmio veio coroar essa atuação", destacou o delegado Pontes.

O delegado aponta o sucesso dessas operações como um dos motivos da premiação. Ele cita algumas operações realizadas pela PF. "A **Gnomo** reprimiu a extração ilegal de mogno no sul do Pará e em Mato Grosso; a **Cretáceo** tratou do contrabando de material fóssil da Bacia de Araripe, no nordeste brasileiro; a **Touché** combateu a degradação da reserva biológica de Abufari, no Amazonas; a **Pindorama** envolveu investigações sobre o tráfico internacional da fauna silvestre, em conjunto com a Polícia Federal dos Estados Unidos - especializada em reprimir crimes contra a vida selvagem; e a **Trinca Ferro** contra o tráfico internacional de animais silvestres".

"Só ganhamos esse prêmio em razão da atuação na ponta dos delegados, agentes, peritos e papiloscopistas. Foram eles que viabilizaram esses conhecimentos. Nós, da Divisão, ficamos como os fomentadores. A premiação representa a valorização do trabalho dos colegas nas delegacias", avalia Pontes.

A intensificação do combate aos crimes ambientais pela Polícia Federal começou em 2001 com a criação de uma divisão especial para lidar com esse tipo de delito. A partir de 2003 foi iniciada a ampliação da rede de Delegacias Estaduais que, hoje, funcionam nos 26 estados e no Distrito Federal.

Em novembro de 2005, a PF implantou, em plena selva Amazônica, o Centro de Integração e Aperfeiçoamento em Crime Ambiental (CIAPA). Localizado às margens do Rio Cueiras, a cerca de 90 quilômetros de Manaus, o local funciona como um centro de excelência na formação de profissionais para prevenir e combater a rede de crime ambiental organizado que atua contra o meio ambiente no Brasil. Além de policiais federais, participam dos treinamentos e cursos servidores de órgãos como o Ibama.

"A polícia também está sendo protagonista deste trabalho. A própria ministra do Meio Ambiente, Marina Lima, reconheceu publicamente, por diversas vezes, a importância do trabalho que temos desenvolvido", ressaltou Pontes.

A Polícia Federal também tem atuado no Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia, lançado pelo Governo Federal em 2004.

Foto: Marcello Casal Jr. ABr

Durante a Operação Kayapó, policiais federais com trabalhadores detidos por confessar desmatamento ilegal na área indígena e liberados após serem ouvidos pela Polícia Federal.

Mudanças pelo bem da floresta

Até há pouco tempo, a participação de policiais federais em ações de repressão aos crimes ambientais era coadjuvante. Na maioria dos casos, os policiais limitavam-se a acompanhar os fiscais do Ibama para garantir a segurança e a execução do trabalho deles. Desde 2001, com a criação da Divisão de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente, essa situação começou a mudar. Além disso, a Polícia Federal passou a fazer investigações especiais, mas sem deixar de lado os órgãos de defesa ambiental.

E quem ganhou com a participação da PF nas operações contra os crimes ambientais foi a Floresta Amazônica. Dados do Ministério do Meio Ambiente apontam redução da área desmatada. "Depois de nove anos de crescimento, foi observada uma queda nos índices de desmatamento na região da Amazônia de mais de um terço, 31%, entre 2004 e 2005. Nesses dois anos a área desmatada na região foi de 18.900 km², bem menor que o observado no período anterior, de 27.364 km²", compara Jorge Pontes.

Polícia Federal bate reco

Os números mostram que a Polícia Federal tem intensificado sua atuação. Há três anos, em 2003, a entidade realizou 16 operações que resultaram na prisão de 223 pessoas. No ano seguinte, em 2004, foram 42 operações e 703

Foto: Comunicação Social/DPF

09 operações

No dia 26, a **Operação Araripe**, em uma ação de combate ao comércio ilegal de fósseis, apreendeu duas toneladas do mineral no Mercado Modelo, em Salvador/BA. Os fósseis foram extraídos na Chapada do Araripe, que abrange os estados do Ceará, Paraíba e Pernambuco. A ação foi chefiada pela delegada da PF Suzana Lívia Embiruçu Jacobina, da Delegacia de Repressão a Crimes contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico (DELEMAPH) da Superintendência Regional da PF na Bahia.

Foto: Marcello Casal Jr/ABr

12 operações

Durante a **Operação Terra do Meio**, no dia 10, a Polícia Federal destruiu uma pista clandestina de aproximadamente 650 metros de extensão localizada na Estação Ecológica da Terra do Meio. A ação teve o objetivo de obstruir a exploração ilegal das terras da região. O ministro da Justiça, Marcio Thomaz Bastos, o diretor-geral da Polícia Federal, Paulo Lacerda, e a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, presenciaram o trabalho da PF.

Foto: Comunicação Social/DPF

18 operações

No dia 21, a **Operação Urutau** desb
ratou uma quadrilha especializada
descaminho de mercadorias de informáti
além de sonegação fiscal. A ação foi fe
em conjunto com Receita Federal do Para
e Santa Catarina. As operações foram che
adas pelo delegado da Polícia Fede
Roberto Melo Milaneze, da Delegacia
Polícia Federal em Foz do Iguaçu/PR.

Foto: Comunicação Social/DPF

15 operações

Realizada no dia 27, a **Operação Pano Verde II** teve a finalidade de coibir o jogo ilegal no litoral catarinense e estourou um cassino nas dependências de um hotel em Camboriú. A ação foi comandada pelo delegado da Polícia Federal Antônio Borges Filho, chefe da Delegacia de Polícia Federal em Itajaí/SC. A primeira Operação Pano Verde foi realizada no dia 20 de novembro de 2005.

Foto: Antônio Cruz/ABr

19 operações

Realizada no dia 16, a **Operação Dilúvio** desarticulou o maior esquema de fraudes no comércio exterior cometido por grupo empresarial de São Paulo, depois de dois anos de investigações e com o apoio da Receita Federal. A ação foi realizada no PR, RJ, SP, BA, SC, ES, PE e nos EUA. O delegado da PF Paulo Vibrio coordenou a operação em SP.

Foto: José Cruz/ABr

18 operações

Realizada no dia 1°, a **Operação Fac
ção Toupeira** prendeu integrantes d
quadrilha especializada em roubos a ban
co em todo o país, inclusive pelo do Ban
co Central em Fortaleza em 2005. O dele
gado da Polícia Federal Antônio Celso
da Divisão de Repressão aos Crimes con
tra o Patrimônio (DPAT), da Diretori
de Combate ao Crime Organizade
(DCOR) chefiou o núcleo de operações

le de operações em 2006

presos. Em 2005 foram feitas 63 operações com 1407 prisões. Em 2006, a entidade realizou 178 operações que resultaram em 2673 prisões. A *Revista Prisma* selecionou uma operação para cada um dos 12 meses do ano que passou.

07 operações

A **Operação Piraíba** foi desencadeada la Polícia Federal em Uberaba em qua- estados: Minas Gerais, São Paulo, Ce- e Pernambuco e no Distrito Feederal. ação desarticulou uma organização cri- nosa especializada em fraudes com car- es bancários e na exploração clandestina serviços de telecomunicações. O dele- do da PF Márcio Valério de Sousa che- u o núcleo de operações.

Foto: Banco de Imagens

16 operações

Deflagrada no dia 04, a **Operação Sanguessuga** desarticulou uma organização que fraudava a venda de ambulâncias para prefeituras do AC, AP, MG, PR, RJ e DF. Integravam a quadrilha funcionários públicos que atuavam no Ministério da Saúde e na Câmara dos Deputados. O então delegado da Polícia Federal Tardelli Boaventura comandou as operações.

Foto: Comunicação Social/DPF

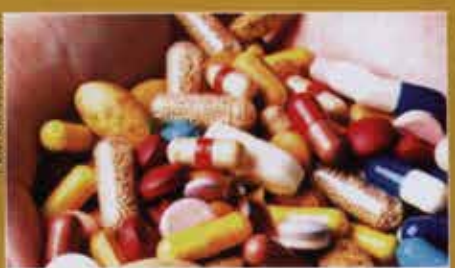
15 operações

Realizada no dia 08, a **Operação Novo Empate** desarticulou uma quadrilha que desmatava a Floresta Amazônica com fraudes no uso, movimentação e fiscalização das Autorizações de Transporte de Produto Florestal – ATPF. A ação foi deflagrada no Acre, Rondônia, Amazonas, Mato Grosso e São Paulo e chefiada pela delegada da Polícia Federal Cláudia Braga.

11 operações

A **Operação I-Commerce** foi eflagrada no dia 16 em 12 estados - GO, S, MG, PB, PE, PR, RJ, RN, RO, RS, SC e P-; e no Distrito Federal. A ação reprimiu pirataria cometida por meio da internet. nome da operação, chefiada pelo delega- Cristiano Sampaio, reporta ao comércio etrônico praticado na web, mas por tratar e comércio ilegal ganhou a denominação Commerce (Ilegal-Commerce).

Foto: Banco de Imagens



11 operações

A **Operação Tsunami**, desencadeada no dia 29 de novembro, desarticulou uma quadrilha de traficantes internacionais que atuava no comércio de drogas sintéticas (ecstasy e LSD). As investigações começaram por meio da denúncia de um cidadão inconformado com a atuação de traficantes na Barra da Tijuca e aliciavam jovens de classe média alta. A operação foi chefiada pelo delegado Victor César Santos.

Foto: Comunicação Social/DPF

06 operações

No dia 1º de dezembro a **Operação Licomedes** prendeu 26 pessoas em São Paulo, Minas Gerais, Goiás, no Pará e no Amapá. A quadrilha foi acusada de usar nomes de pessoas mortas para receber benefícios do INSS. As investigações começaram em 2002. O prejuízo, segundo a Polícia Federal, chega a R$ 5 milhões. A maioria dos golpes ocorria no Amapá. Três dos presos são funcionários do INSS em Macapá. O delegado Uállame Machado comandou o núcleo de operações.

30 anos de dedicação aos delegados da Polícia Federal

A primeira comemoração do 30º aniversário da ADPF foi realizada no dia 22 de setembro, na sede de Brasília. Cerca de 100 associados compareceram ao *happy hour* e puderam participar de um bingo caseiro. A realização do evento contou com a colaboração da Diretoria Regional da Entidade no DF.

O vice-presidente da Associação, Marco Aurélio Pereira de Moura, destacou a importância da data. "É um prazer participar dessa comemoração que conta com a presença de vários colegas de diferentes fases do Departamento de Polícia Federal".

A festa foi animada por música ao vivo e teve a participação de convidados. Os delegados João José Cury e José Giovane da Silva Alves, Lucia Helena Magalhães Pinto e Kenia Povoa também soltaram a voz no palco.

A confraternização teve a presença de ex-diretores do DPF, como Moacir Coelho, Amaury Aparecido Galdino e Vicente Chelotti; além do ex-secretário nacional de Polícia, João Batista Campelo, e do presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Distrito Federal (Sindepol), Mauro César Lima.

Fotos: Andréa Viegas/ADPF

Marco Aurélio Moura e Moacir Coelho.

(E/D): Hélio Segundo, Amauri Galdino, Vicente Chelotti, Moacir Coelho, João Batista Campelo, Glorivan de Oliveira e Alceu Rocha.

A colaboradora Kênia Povoa soltou a voz.

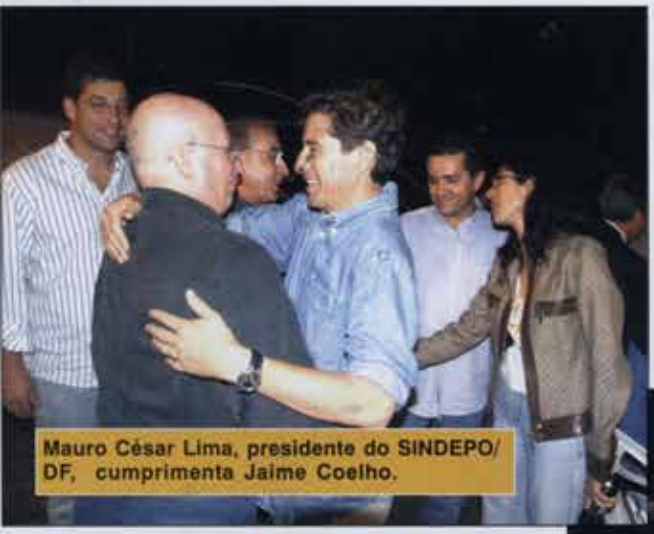
Adilson Flores dos Santos, esposo da delegada Maria da Glória, recebe prêmio de Telma Lino.

A confraternização promoveu o reencontro de velhos amigos.

O vice-presidente Marco Aurélio Moura recebeu os associados.

Moacir Coelho, aniversariante do dia, foi homenageado pelos delegados.

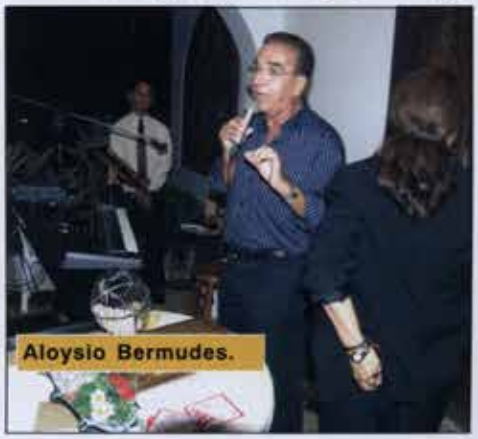
Convidados participaram com animação do bingo.



Mauro César Lima, presidente do SINDEPO/DF, cumprimenta Jaime Coelho.

E/D: Iracema Ribeiro, Terezinha Freitas, Maria Barcellos, Helenice Coelho, Maria Lúcia Pacheco (de pé), Eneida Salvatori e Lucia Helena Jacinto.

Conversas e brincadeiras marcaram a confraternização.



Aloysio Bermudes.

Três décadas celebradas em alto estilo

Celebrar o fim de um ano de muita luta e os 30 anos da ADPF. Com essa finalidade, a diretoria nacional e a regional do DF se uniram e promoveram, no dia 13 de dezembro, uma festa no espaço Porto Vitória, em Brasília. Sob o comando da diretora de assuntos sociais , delegada Telma Lino, o local foi decorado com as cores da Associação e recebeu cerca de 500 convidados. Os presentes degustaram uma ceia natalina variada, com carnes branca e vermelhas, além de saborosas sobremesas.

A festa teve a participação de centenas de delegados da PF, além de inúmeras autoridades do Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, dentre elas o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos; o secretário nacional de Segurança Pública, Luiz Fernando Corrêa; o diretor-geral do DPF, Paulo Lacerda; o procurador-chefe do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Leonardo Bandarra; e os deputados federais Gustavo Fruet (PSDB/PR); Gonzaga Patriota (PSB/PE); Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP); e João Campos (PSDB/GO).

Fotos: Antônio Aguiar

Delegados Aloysio Bermurdes, diretor Jurídico da ADPF; José Carlos Conceição, presidente do Conselho de Ética da Entidade; e Sandro Torres Avelar, presidente da Associação(E/D).

Sandro Torres Avelar; Leonardo Bandarra, procurador-chefe do Ministério Público do DF; Zulmar Pimentel, diretor-executivo; e Paulo Lacerda, diretor-geral, ambos do DPF (E/D).

Ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos; diretor-geral da PF, Paulo Lacerda; delegada Maria Helena Araújo de Sá; Sandro Torres Avelar; e o casal Renato e Katherine Porciúncula (E/D).

Delegados Vicente Chelloti e Bolívar Steinmetz; casais Giselle e Sandro Torres Avelar e Selene e Glauber Botelho(em pé) e LLiete e José Roberto Benedito Pereira e o delegado Paulo Gustavo de Magalhães Pinto (sentados).

Delegados Enio Sibidal, tesoureiro geral da ADPF; Adão Ferreira, diretor de Comunicação da Entidade; Paulo Lacerda e Zulmar Pimentel, diretor-geral e Executivo da PF, respectivamente; Bolivar Steinmetz, secretário geral da ADPF; Aloysio Bermurdes, diretor Jurídico da ADPF; e o delegado José Roberto Benedito Pereira(E/D).

05- Presidente da ADPF, Sandro Torres Avelar, e os delegados da SR/DF, Alfredo F. Junqueira e João Quirino Florio(E/D).

Carlos Eduardo Benito(Adepol/Brasil); Sandro Torres Avelar; deputado federal Arnaldo Faria de Sá; Getúlio Bezerra, diretor de Combate ao Crime Organizado da PF; e o assessor parlamentar Onofre Valadão (E/D).

Os convidados apreciaram delicioso jantar na comemoração dos 30 anos da ADPF.

O salão do Porto Vitória ficou lotado durante a festa de aniversário da ADPF.

Bolivar, secretário-geral da ADPF, e Maria Teresa Steinmetz; Terezinha Josefina e Enio de Freitas, tesoureiro da Associação; Aloysio Bermudes, diretor-jurídico da Entidade; e Giselle e Sandro Torres Avelar, presidente da ADPF (E/D).

Sandro Torres Avelar, presidente da ADPF; o deputado federal João Campos e Luiz Fernando Corrêa, secretário da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) (E/D).

Os anfitriões: diretor regional no DF, Valmir Lemos, e o presidente, Sandro Torres Avelar.

Bolivar Steinmetz, secretário-geral da Entidade, e a diretora de assuntos sociais, Telma Lino.

A animação marcou a festa: delegado federal Fernando Segóvia e esposa.

Foto: Christian Knepper/Embratur

Bela Ilha

Floripa é uma verdadeira dádiva da natureza. Suas 50 praias, algumas delas selvagens, compartilham espaço com restingas, manguezais e dunas. A capital de Santa Catarina preserva costumes portugueses em alguns vilarejos e oferece infra-estrutura completa para receber o turista. Lá, o viajante encontra de ambientes sofisticados, a *points* para pegar ondas com direito a shows de golfinhos e baleias.

A Ilha de Santa Catarina também é conhecida como a ilha de "Santa e Bela Catarina", no *slogan* promovido pelas autoridades turísticas locais. Não é nenhum exagero. Além de bela, a ilha é um charme só e abriga a capital do estado de Santa Catarina, Florianópolis, que só há poucas décadas foi "descoberta" pelos turistas brasileiros e estrangeiros, especialmente os vizinhos uruguaios e argentinos.

Inicialmente um destino tipicamente familiar, aos poucos, Floripa – o simpático apelido da cidade – tornou-se nos últimos anos um dos pontos mais procurados pelos jovens e hoje é sinônimo de praia, surfe, juventude e todo o universo em torno do binômio sol e mar.

Hoje, turistas brasileiros e estrangeiros, famílias em busca de tranqüilidade e jovens em busca de agitação, além dos próprios moradores de Florianópolis, convivem em harmonia e usufruem de um dos mais diversificados destinos de verão de todo o Brasil. Em suma: tem atrações e lugares para todos.

A geografia se encarrega de esclarecer a questão. A ilha de Santa Catarina é uma verdadeira dádiva da natureza e nela está, além do Centro e os bairros mais importantes de Florianópolis, quase 50 praias – algumas delas ainda praticamente selvagens e protegidas por leis ambientais. A capital ainda possui uma extensão para o continente, e a ligação é feita por duas pontes. Mas voltemos à parte insular, que é a que realmente importa para o visitante: afinal, a ilha possui em seu cenário natural, praias, promontórios, costões, restingas, manguezais e dunas.

De forte influência da colonização açoriana, Florianópolis

mantém até hoje vários costumes portugueses. No sul da Ilha, alguns bairros mantêm o aspecto de vilarejos interioranos, evidenciados no modo de falar, nas atividades artesanais e nas festas folclóricas, herdados dos antepassados vindos do arquipélago português dos Açores a partir do século XVIII. Imprescindível para quem gosta de história.

Já as regiões norte e central de Floripa são as mais procuradas pelos turistas e apresentam completa infra-estrutura de serviços, *resorts*, hotéis e pousadas. Praias como Canasvieiras, Ponta das Canas e Cachoeira do Bom Jesus, no norte da ilha, são muito procuradas pelas famílias, devido ao mar calmo e tranqüilo. As praias dos Ingleses e do Santinho, ainda no norte, também são endereços bastante concorridos.

Os mais jovens preferem o mar agitado das praias Mole e da Joaquina, ao leste de ilha. O endereço da sofisticação e prática de esportes náuticos é na praia do Jurerê. O mar agitado da praia Brava exibe um show de baleias e golfinhos em determinadas épocas do ano. Em Galhetas, o nudismo é permitido. A extensa praia de Moçambique é protegida ambientalmente.

Em direção ao sul da ilha, o cenário é mais bucólico. O turismo é um pouco mais selvagem e as principais atrações são as praias do Campeche, da Armação e do Pântano do Sul, antiga vila de pescadores que até hoje preserva o sossego e a preguiça locais.

Outro ponto bastante concorrido e freqüentado pelos turistas é a Lagoa da Conceição, onde há rendeiras, comércio sofisticado, movimento frenético durante o dia e inúmeras festas noturnas; é o lugar onde se encontram ostras recém-catadas e saboreia-se o festival de tainhas e camarões.

Como chegar

Aéreo

O Aeroporto Internacional Hercílio Luz, a 12 km do centro, recebe vôos domésticos das principais cidades do país e de Buenos Aires (Argentina)

Terrestre

Ônibus ligam Florianópolis a todas as regiões do Brasil e a países da América do Sul, como Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai.

As principais rodovias de acesso são, a partir de São Paulo e Rio de Janeiro, BR-116, BR-376, BR-101. A partir de Curitiba: BR-376, BR-101. A partir de Porto Alegre: BR-290, BR-101.

Distâncias

Brasília: 1.687 km
Curitiba: 310 km
Porto Alegre: 469 km
São Paulo: 695 km
Rio de Janeiro: 1.153 km (5)

População

342.315 habitantes (IBGE -Censo 2000)

Clima

Ameno, com maior ocorrência de chuvas durante o verão. De dezembro a fevereiro, a temperatura média é de 25°C. Julho, o mês mais frio, tem média de 16°C.

Gastronomia / Restaurantes

A culinária é baseada principalmente em frutos do mar. Ostras provenientes de uma desenvolvida ostricultura, peixes, camarões e mexilhões fornecidos por pescadores da região, que ainda praticam uma pesca semi-artesanal, são servidos em locais simples, próximos ao mar, muitos de famílias dos próprios pescadores.

De maio e junho, a tainha escalada e a recheada são os melhores opções. As ovas do peixe, grelhadas ou fritas, também são uma iguaria muito consumida. O pirão é o acompanhamento mais adequado para esses pratos.

Muito popular nos restaurantes da cidade, o camarão (branco ou rosa) é encontrado de várias maneiras. Como aperitivo, o camarão ao bafo; a "seqüência de camarão", espécie de rodízio no qual o crustáceo é servido em diversas combinações. A ostra é servida crua, disposta em bandejas com gelo picado e sal grosso. Na cidade também existem restaurantes e bistrôs charmosos que servem os pratos sofisticados da cozinha internacional.

Artesanato

Os artesãos produzem cerâmica utilitária (panelas, potes, moringas e alguidares) e figurativa (representando folclore, festas religiosas e o povo da ilha). Há o artesanato de telas e cúpulas de abajur feitas com palha de bananeira colada e as rendas de bilro.

Quando ir

A melhor época para visitar Florianópolis é mesmo no verão (de dezembro a fevereiro), para aproveitar o sol e as praias. De julho a novembro é o melhor período para ver as baleias-brancas.

CAÇA-PALAVRAS

© Revistas COQUETEL 2007

Procure e marque, no diagrama de letras, as palavras em destaque no texto.

Medindo audiência

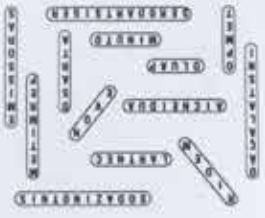
Para MEDIR a ~~AUDIÊNCIA~~ das EMISSORAS de televisão em TEMPO real, são instalados aparelhos REGISTRADORES dos canais SINTONIZADOS, em residências cujos moradores PERMITEM a INSTALAÇÃO.

Na cidade de São PAULO, por exemplo, são cerca de 3.000 aparelhos instalados em NOVE locais.

Os dados são transmitidos para uma CENTRAL e, com ATRASO de apenas 1 MINUTO, chegam aos clientes.

Ç	C	H	Y	K	P	S	Y	Õ	M	N	Ã	D	F	Õ	D	F	Ã	R	K	F	P	Ç	M
W	W	W	R	H	Y	Õ	Z	H	H	F	S	O	D	A	Z	I	N	O	T	N	I	S	Y
B	D	W	Q	I	M	R	Ã	G	R	K	X	H	Õ	H	Q	D	K	Y	G	F	H	Q	N
F	O	Ç	C	Y	D	P	C	H	Q	W	M	K	X	G	P	Ã	M	R	T	Ã	M	X	L
D	Ã	T	Y	F	J	E	V	C	L	A	R	T	N	E	C	Ã	M	H	B	Y	E	Q	F
Ã	Ç	F	X	T	H	P	M	H	X	Z	D	N	N	B	H	F	V	F	K	N	T	Q	M
P	A	D	X	Y	C	R	N	Õ	J	N	N	Õ	Õ	Q	K	X	N	K	L	D	I	T	T
F	L	S	R	S	M	D	Q	R	Z	V	W	K	M	R	B	O	K	S	D	Q	M	Õ	E
Ç	A	Õ	R	A	I	C	N	E	I	D	U	A	Z	B	V	G	T	O	Z	Q	R	D	M
Ã	T	D	N	Z	R	Õ	B	Õ	S	Q	N	D	C	E	Y	Z	L	S	N	Ç	E	Ç	I
W	S	Ç	Q	F	Q	R	Ã	J	K	B	X	L	Ã	Ã	Ç	T	L	A	B	X	P	B	S
H	N	Ã	O	Y	H	O	L	U	A	P	F	B	G	L	M	G	Ç	R	P	Q	M	F	S
Y	I	K	P	J	F	Õ	H	H	Ã	K	N	V	J	H	X	W	Z	T	Y	X	Y	T	O
T	B	X	M	Ç	M	V	Y	P	V	M	I	N	U	T	O	S	X	A	B	H	N	D	R
M	X	Q	E	Õ	Y	R	S	Õ	Ç	T	Y	V	X	G	Y	P	T	T	W	X	P	M	A
J	L	W	T	Õ	G	Z	S	E	R	O	D	A	R	T	S	I	G	E	R	G	S	G	S
F	Ç	M	K	M	Ç	F	H	F	G	W	V	W	J	F	G	X	X	T	Q	W	J	J	T

Solução



Meditação: válvula de escape

A prática de autoconhecimento tem ganhado adeptos em todo o mundo e é recomendada até por médicos

A meditação é um exercício mental que afeta processos corporais. Quem medita pode conquistar mais qualidade de vida, aumentar a energia vital e o bem-estar físico, além de treinar a atenção, focar a mente, deixar as preocupações de lado e viver o aqui e agora.

A prática milenar de autoconhecimento tem ganhado adeptos em todo o mundo e é recomendada até por médicos. A ciência comprova que a prática inibe a produção dos hormônios liberados pelo cérebro em situações de estresse e estimula a fabricação de tranqüilizante e analgésico naturais. Há uma técnica bem simples, difundida por Deepak Chopra – médico e filósofo indiano radicado nos Estados Unidos com diversos títulos publicados sobre saúde, práticas e terapias alternativas – no livro *Saúde Perfeita* (Ed. Best Seller). O método consiste em desencadear um estado de relaxamento profundo de corpo e mente.

Chopra recomenda a prática duas vezes ao dia, pela manhã e ao final da tarde. Além da técnica sugerida pelo médico indiano, existem diferentes tipos de meditação. Algumas adotam objetos externos como foco de concentração, outras empregam uma figura geométrica chamada mandala, e outros usam palavras silenciosamente repetidas ou sons (mantra). O importante é sentir-se confortável para tirar o máximo proveito de um tempo só para você. ■

Foto: Divulgação

BOA PRÁTICA

Meditação atenciosa

1. Encontre um local silencioso onde não será perturbado.
2. Fique em uma posição confortável e feche os olhos.
3. Concentre-se na respiração, mas inspire e expire normalmente. Não tente controlar ou alterar a respiração deliberadamente. Apenas observe as alterações na velocidade, no ritmo e na profundidade da respiração.
4. Caso se desconcentre – com outros assuntos, sentimentos ou expectativas –, desvie a atenção para a respiração.
5. Pratique durante 15 minutos.
6. Ao final, mantenha os olhos fechados e permaneça relaxado por dois ou três minutos.
7. Saia do estado de meditação gradualmente, abra os olhos e volte para a rotina.

VOLVO. 30 ANOS
FAZENDO O BRASIL RODAR.

Em latim, Volvo significa "Eu Rodo". E é isso que fazemos há 30 anos no Brasil. Abrimos novas estradas e encaramos as velhas. Navegamos rios e mares. Trouxemos quem estava longe para bem pertinho, unindo o país inteiro com nossos veículos, motores, equipamentos e serviços. Volvo 30 anos. O Brasil roda com a gente.

GRUPO VOLVO NO BRASIL

Caminhões • Ônibus • Equipamentos de Construção
Serviços Financeiros • Motores Marítimos e Industriais

www.volvo.com.br

Todo mundo tem um grande motivo para **ir, chegar e voltar.** Até porque esse grande motivo pode ser bem pequeno.

A confiança e o orgulho de uma marca valorizada pelo padrão de referência mais exigente do mundo: o mundo. **www.scania.com.br**

SCANIA